

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

INGRYD MARIANA DE GODOY

NUNCA É TARDE PARA SE ALFABETIZAR:
Alfabetização de mulheres na terceira idade

SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP

2023

INGRYD MARIANA DE GODOY

NUNCA É TARDE PARA SE ALFABETIZAR:
Alfabetização de mulheres na terceira idade

Projeto de Pesquisa apresentado ao Prof. Dr. Fábio Theoto, como requisito para obtenção de nota parcial da disciplina projeto dirigido.

SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP

2023

RESUMO

O Brasil possui mais de 10 milhões de analfabetos de 15 anos ou mais, sendo que mais da metade desse número são pessoas idosas, e nessa faixa etária existe uma grande discrepância de gênero, o analfabetismo na terceira idade é predominante feminino, e acarreta em diversos malefícios para essas pessoas que sempre estiveram à margem da educação. Portanto, este trabalho tem por objetivo trazer estatísticas atualizadas sobre a situação do analfabetismo no Brasil, analisando os dados com um recorte de gênero e idade. Por meio da análise do levantamento do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por fim, espera-se criar um projeto de extensão na universidade Federal do ABC para combater o analfabetismo feminino na terceira idade, o projeto será como um programa piloto e por meio das aulas e da coleta de dados, poderemos compreender o cenário do analfabetismo no Brasil e quais metodologias podem ser implementadas, por fim pretende-se compartilhar esses dados com gestores públicos buscando combater o analfabetismo em todo o Brasil.

Palavras chaves: Analfabetismo, Analfabetismo na terceira idade, Desigualdade de gênero na educação,

ABSTRACT

Brazil has more than 10 million illiterate people aged 15 or over, and more than half of this number are elderly people, and in this age group there is a large gender discrepancy, illiteracy in the elderly is predominantly female, and entails in several harm to these people who have always been on the margins of education. Therefore, this work aims to bring up-to-date statistics on the situation of illiteracy in Brazil, analyzing the data with a gender and age profile. Through the analysis of the census survey of the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Finally, it is expected to create an extension project at the Federal University of ABC to combat female illiteracy in old age, the project will be like a pilot program and through classes and data collection, we will be able to understand the scenario of illiteracy in the Brazil and which methodologies can be implemented, finally it is intended to share these data with public managers seeking to combat illiteracy throughout Brazil.

Key words: Illiteracy, Illiteracy in old age, Gender inequality in education,

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 05
2. JUSTIFICATIVA 07
3. OBJETIVOS 07
    3.1 Gerais 07
    3.2 Específicos 08
4. METODOLOGIA 08
5. RESULTADOS 08
    5.1 ANALFABETISMO NO BRASIL 08
    5.2 BRASIL NO MAPA GLOBAL 13
    5.3 DESIGUALDADES REGIONAIS 20
    5.4 ANALFABETISMO POR MUNICÍPIO 26
    5.5 ANALFABETISMO POR GÊNERO E IDADE 39
    5.6 ANALFABETISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO 44
    5.7 ANALFABETISMO NO ABC 53
6. DISCUSSÃO 55
7. CONCLUSÃO 61
8. ORÇAMENTO 68
9. BIBLIOGRAFIA 70

1. INTRODUÇÃO

A população brasileira envelheceu em um contexto sociopolítico pouco favorável, e por conta disso diversas pessoas não tiveram acesso à educação formal, seja por conta do trabalho, da família, pela inexistência de escolas no meio rural, ou por resistência dos maridos, visto que, na época o papel social da mulher estava voltado quase exclusivamente à maternidade e atividades domésticas.

Em decorrência disso, vemos que o Brasil tem mais de 10 milhões de analfabetos de 15 anos ou mais, o que corresponde a 6,6% da população, segundo censo de 2019 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sendo que quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos, uma vez que mais da metade desse número, são pessoas com 60 anos ou mais, correspondendo a uma média de seis milhões de idosos que não sabem ler e nem escrever. Além disso, à medida que avança a idade da população, aumenta o analfabetismo feminino, sendo que na faixa etária de 60 anos ou mais o analfabetismo é majoritariamente feminino

O analfabetismo traz diversos malefícios, como a exclusão social e comunicacional da pessoa idosa que pode resultar em um aumento no preconceito já vivenciado por esta população, além de gerar dificuldade de interação. E ser um entrave na aquisição de conhecimento formal, impossibilitando que realizem cursos educacionais. E também limita o desenvolvimento da autonomia do mesmo, visto que demonstram dificuldades para ler bulas de remédio, orientações para exames, receitas e orientações médicas, podendo colocar o idoso em situações perigosas que geram riscos de saúde, como tomar medicamentos de maneira inadequada, redução da adesão ao tratamento, ou perda de consultas e atendimentos.

Muitos idosos se sentem envergonhados e constrangidos de admitir o próprio analfabetismo, e por vezes pensam que já passaram da idade de aprender, sendo que o conhecimento é um aprendizado constante que ocorre durante toda vida, portanto a alfabetização pode ser uma ferramenta poderosa para aumentar a autoestima e autonomia desses indivíduos, que por vezes vivem sozinhos não tendo suporte da família, ou então são idosos cuidando de outros idosos, ou de crianças, sendo que a alfabetização pode contribuir inclusive no acompanhamento dos estudos dos netos.

Esse tema foi elegido como projeto de pesquisa, pois em 2022 trabalhei como Recepcionista no CAISM - Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher, no município de Ribeirão Pires, e o local realiza exames ginecológicos como Mamografia, Papanicolau, Ultrassom das mamas, obstétrico e transvaginal e consultas ginecológicas. O exame de mamografia no sistema público de saúde é realizado geralmente a partir dos 40 anos, mas o público principal são mulheres de 50 a 69 anos, que devem realizar o exame uma vez a cada dois anos. E para realizar esse exame as pacientes precisam preencher a anamnese que consiste no histórico clínico da paciente, e por diversas vezes as pacientes relataram que não sabiam ler e escrever, que sabiam apenas assinar com o nome, e então solicitavam ajuda para preencher, e isso ocorria com uma grande incidência cerca de 40% a 50% das mulheres solicitaram ajuda alegando não serem alfabetizadas, porém quando pesquisei a taxa de analfabetismo do município de Ribeirão Pires notei que era de apenas 3,2% em 2010, portanto não condizia com a realidade, mas então o que poderia explicar esse fenômeno?

Ao analisar os dados por faixa etária e idade chegamos mais perto desse número, uma vez que a população feminina com 70 a 79 anos apresentava taxa de 28,9% de analfabetismo em 2010, o que se aproxima um pouco mais da estimativa inicial, porém ainda não a contempla totalmente, e isso ocorre pois o conceito de analfabetismo utilizado pelo IBGE é rudimentar e caracteriza pessoas analfabetas como pessoas que não são capazes de ler e escrever um simples bilhete na língua que conhece, sendo que, por mais que a pessoa saiba escrever um bilhete por vezes ela não é capaz de ler e responder questionários e lidar com questões cotidianas simples e complexas relacionadas ao letramento e isso é um grande problema.

Visto que, médicos ginecologistas geralmente solicitam as pacientes que realizem o exame de mamografia, e em seguida o ultrassom de mamas, sendo que na rede pública se a paciente tem idade igual ou superior a 40 anos se vê necessário trazer o resultado da mamografia, para realizar o exame de ultrassom de mamas e esse informativo se encontra na guia do paciente junto ao pedido médico, contudo recorrentemente as pacientes não traziam o resultado da mamografia impossibilitando a realização do exame de ultrassom de mamas, e nesses casos informava-mos as pacientes a respeito e o exame era remarcado para a próxima semana, contudo essa não é a realidade da maioria dos serviços públicos de saúde

e por vezes quando isso acontece as pacientes perdem a vaga e precisam mandar o encaminhamento novamente para a central de vagas, sendo que na rede pública exames levam em média 1 ano e meio para sair a vaga, além da ociosidade de vagas gerada por conta desses acontecimentos, resultando na demora para conseguir vaga para realizar tal exame.

Enfim, nesse caso vemos que o problema é de gestão pública, porém também é um problema educacional, uma vez que, mulheres perdem consultas e exames, adiando um possível diagnóstico como o de câncer de mama, por não saber ler. E para além disso, por vezes quando os médicos receitavam algum medicamento aos pacientes, era necessário desenhar cada tipo de remédio que a paciente deveria tomar, visto que a mesma não é alfabetizada e poderia confundir os remédios por não saber diferenciar pelo nome, porém sabemos que não são todos os profissionais da saúde que demonstram essa sensibilidade, e que a solução para isso é combater o analfabetismo.

2. JUSTIFICATIVA

Apesar de existir programas e iniciativas voltadas para a alfabetização e escolarização de pessoas que não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir os estudos, esses programas não tem se mostrado eficazes para vencer a barreira do analfabetismo, entre os principais programas temos o EJA - Educação de Jovens e Adultos, o CEEJA - Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos e o PBA - programa Brasil Alfabetizado, nenhum desses programas é específico para o público idoso, e em decorrência disso a participação da terceira idade nesses programas é baixa. Além disso, geralmente as iniciativas de combate ao analfabetismo priorizam os municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, porém existem outros indicadores relevantes que devem ser levados em consideração, e vamos evidenciá-los ao decorrer do trabalho.

3. OBJETIVOS

3.1 Gerais

O principal objetivo desse projeto é elencar dados atualizados sobre a situação do analfabetismo no Brasil, por meio da análise e interpretação do Censo do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, levando em consideração um recorte de gênero e faixa etária acima de 60 anos. Espera-se que essa pesquisa possa ser utilizada como fundamentação teórica para criação de projetos voluntários e políticas públicas.

3.2 Específicos

Os objetivos específicos deste projeto são:

1. Analizar e interpretar dados sobre o analfabetismo no Brasil;
2. Mapear as regiões com maior discrepância de analfabetismo por gênero;
3. Criar projeto de extensão para alfabetização de mulheres na terceira idade;

4. METODOLOGIA

A pesquisa acerca do analfabetismo no Brasil ocorreu por meio da análise de dados do Censo do IBGE, tendo como principal fonte de dados a plataforma do DATASUS que conta com dados do censo de analfabetismo do IBGE de 2010 categorizados por gênero, idade e município. E pelo site do IBGE que consta com dados mais recentes sobre o analfabetismo, utilizamos os dados de 2019 categorizados por gênero, idade, estado e região Geográfica.

Espera-se por meio dos dados, entender a situação do analfabetismo no Brasil e mapear as regiões com maiores taxas de analfabetismo, maior quantidade de pessoas analfabetas, e maior discrepância de gênero, para planejar intervenções nesses lugares. Iremos tratar aqui do Analfabetismo de uma forma ampla, por uma perspectiva global e nacional, além do recorte pelo gênero feminino, e iremos analisar especificamente o estado de São Paulo e detalhadamente a região do ABC. Com base nesses dados iremos criar planos de intervenção e mapear as localidades que participarão do programa piloto de aulas do projeto de extensão.

5. RESULTADOS

5.1 ANALFABETISMO NO BRASIL

O analfabetismo no Brasil é um problema histórico de longa data, e como podemos observar na tabela, a taxa de analfabetismo no Brasil caiu ano após ano,

sendo que em 1900, 65,3% da população acima de 15 anos era analfabeta e em 2019 a taxa caiu para 6,6%. Porém quando analisamos a quantidade absoluta de pessoas analfabetas vemos que os dados não são tão positivos assim, uma vez que durante mais de 80 anos, por mais que a taxa de analfabetismo diminuísse, a quantidade de pessoas analfabetas só aumentava. Felizmente, a partir de 1991 vemos que tanto a taxa de analfabetismo, quanto a quantidade absoluta de analfabetos passa a diminuir, mesmo com o aumento da população. Hoje o Brasil tem cerca de 10 milhões de analfabetos, o que representa 6,6% da população acima de 15 anos.

Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2010			
Ano	**População de 15 anos ou mais**		
	Total em milhares	**Analfabeta em milhares**	**Taxa de analfabetismo**
1900	9.728	6.348	65,3 %
1920	17.564	11.409	65,0 %
1940	23.648	13.269	56,1 %
1950	30.188	15.272	50,6 %
1960	40.233	15.964	39,7 %
1970	53.633	18.100	33,7 %
1980	74.600	19.356	25,9 %
1991	94.891	18.682	19,7 %
2000	119.533	16.682	13,6 %
2010	143.975	13.931	9,6 %
2019	165.749	10.054	6,6 %

Fonte: IBGE

Outro ponto importante é o conceito de pessoa alfabetizada utilizado pelo IBGE, sendo a "pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece" porém esse conceito contempla uma educação rudimentar, pois afinal muitas vezes esse indivíduo não domina as habilidades de escrita e leitura, trazendo a tona o analfabetismo funcional que consiste em indivíduos que embora saibam

reconhecer letras e números, não são capazes de compreender textos e realizar operações matemáticas.

De acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) a alfabetização pode ser classificada em quatro níveis: analfabetos, alfabetizados em nível rudimentar (ambos considerados analfabetos funcionais), alfabetizados em nível básico e alfabetizados em nível pleno (esses dois últimos considerados indivíduos alfabetizados funcionalmente).

Pesquisas do Inaf, em 2018 revelaram que cerca de 29% das pessoas foram consideradas analfabetas funcionais, ou seja, não superaram o nível rudimentar de proficiência. A proporção de analfabetos funcionais no Brasil em 2018 totalizava 38 milhões de pessoas. A pesquisa também indica que apenas 12% da população é considerada “proficiente”.

O nível de escolaridade de mulheres nos últimos anos tem aumentado em relação aos homens, e o Inaf indica que entre 2001 e 2018, a porcentagem de mulheres funcionalmente alfabetizadas subiu de 61% para 72%. Levando em consideração a influência das mães e cuidadoras no processo de alfabetização esse avanço é significativo, visto que segundo o Inaf 2018, a mãe é a pessoa que mais influenciou no desenvolvimento da leitura para 55% dos indivíduos que estão no nível proficiente de alfabetismo funcional e para 48% dos que estão no nível intermediário e elementar.

Das pessoas consideradas analfabetas funcionais, 57% declaram que a mãe ou não tem nenhuma escolaridade ou cursou apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental. Outros 23% afirmaram não conhecer a mãe ou não souberam responder. Por outro lado, apenas 24% da população com alfabetismo consolidado afirma que a mãe não tem escolaridade ou estudou até a 4ª série (ou 5º ano) do Fundamental. Enquanto que 37% responderam que a mãe tem ou Ensino Médio ou Educação Superior, completos ou incompletos. Sendo assim, investir na educação de mulheres traria melhoria em outros índices como o letramento e nível de escolaridade da população Brasileira em geral.

Durante a pandemia podemos observar bem o reflexo disso, uma vez que o número de crianças que não sabem ler cresceu 66,3% de 2019 para 2021. Ao todo 2,4 milhões de crianças brasileiras não estão alfabetizadas nesta faixa etária. O número corresponde a quase metade (40,8%) do grupo inteiro. Segundo levantamento realizado pela organização Todos Pela Educação, com base nos

dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esse é o maior índice de analfabetismo registrado no país desde 2012. E quando avaliados os domicílios ricos do país, o índice é de 16,6%. Já entre os pobres, o número salta para 51%. Entre as justificativas apontadas estão os impactos da pandemia e a desigualdade, onde os professores, pais e alunos tiveram que se adaptar e buscar novos métodos de ensino e aprendizagem, porém por mais que os professores realizassem as propostas das atividades remotas, quem estava aplicando isso no dia a dia eram os pais. Sendo que, quando a criança está no processo de alfabetização ela precisa de mediação entre ela e o conteúdo, pois ainda não é capaz de fazer isso de maneira autônoma, num contexto onde os pais têm baixa escolaridade e por vezes não foram alfabetizados, quem iria instruir as crianças nos deveres?

As crianças não serem alfabetizadas na idade correta acarreta em diversos malefícios, pois em decorrência disso, estão mais propensas a terem lacunas de aprendizagem e desenvolvimento, a reprovar e a evadir a escola. Como incentivar as crianças a criarem o hábito de leitura e estudos, quando isso não é uma realidade onde vivem?

De acordo com o Inaf, a maioria dos alfabetizados no nível rudimentar (29%) não costuma ler livros ou só lê um tipo de livro (42%), geralmente a Bíblia ou livros religiosos. Da mesma forma, o uso de computador por essa parcela da população é inexpressivo. Portanto para mudar essa realidade ações com a população adulta e idosa são cruciais.

Além disso, a desigualdade também desempenha um papel importante nesse processo, visto que durante a pandemia diversas pessoas socioeconomicamente vulneráveis não tinham acesso a aparelhos tecnológicos ou a internet para acompanhar as aulas, e faltou políticas públicas educacionais durante esse período. Apesar disso, é evidente que uma educação historicamente precária afeta a população brasileira no geral, portanto os gestores públicos não podem seguir focando apenas na educação básica. E principalmente investir em educação de qualidade, visto que de acordo com o Inaf 34% das pessoas com Ensino Fundamental estão, tecnicamente, na condição de analfabeto funcional.

Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade (brasil - 2019)	
Grau de instrução	**Taxa populacional em %**
Sem instrução	6,4
Ensino fundamental incompleto	32,2
Ensino fundamental completo	8,0
Ensino médio incompleto	4,5
Ensino médio completo	27,4
Ensino superior incompleto	4,0
Ensino superior completo	17,4

Fonte: IBGE

Nas palavras de Paulo Freire "Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho". Portanto é essencial investir em educação de qualidade.

Uma outra maneira de definir analfabetos funcionais, seguindo os padrões internacionais, seriam pessoas com menos de quatro séries escolares concluídas. Como podemos ver no Brasil 6,4% da população brasileira não tem nenhuma instrução, e 32,3% não concluiu o Ensino fundamental, ou seja somando esses dois grupos atingimos a marca de 38,7% da população brasileira, portanto a taxa real de analfabetismo funcional no Brasil é superior à taxa de analfabetismo do IBGE.

Ao analisarmos o grau de instrução da população brasileira vemos que ainda está longe do ideal. Como podemos observar pela Tabela a população com 60 anos ou mais é a que apresenta a menor média de escolaridade, em 2015 a média total era de 7,5 anos de estudo enquanto para as pessoas com 60 anos ou mais a taxa cai para apenas 4,9 anos, e quando comparamos a escolaridade por sexo percebemos que em quase todas as faixas etárias o nível de escolaridade das mulheres são maiores do que o dos homens, com exceção da faixa etária de 60 anos ou mais, sendo que ao decorrer dos anos essa disparidade tem diminuído, sendo que em 1995 o nível de instrução nessa faixa etária era de 3,0 anos para homens e de 2,5 para mulheres, já em 2005 homens (3,8 anos) e as mulheres (3,4 anos), por fim em 2015, homens (5,00 anos) e mulheres (4,9 anos).

Apesar do aumento da escolaridade nos últimos anos, a desigualdade ainda se vê muito presente, em diversos âmbitos, sejam eles relacionados à renda, região, localidade, e raça/cor. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa.

Média de anos de estudo da população, por sexo, segundo faixa etária - Brasil, 1995 a 2015									
	TOTAL			**MASCULINO**			**FEMININO**		
Ano	**1995**	**2005**	**2015**	**1995**	**2005**	**2015**	**1995**	**2005**	**2015**
Total	5,2	6,3	7,5	5	6,1	7,3	5,3	6,4	7,7
15 a 17 anos	5,4	7,1	7,8	5	6,8	7,5	5,7	7,4	8,1
18 a 24 anos	6,6	8,7	9,9	6,2	8,4	9,5	7	9,1	10,4
25 a 29 anos	6,7	8,4	10,3	6,4	8	9,9	6,9	8,7	10,6
30 a 44 anos	6,2	7,4	9,2	6,1	7,1	8,7	6,3	7,7	9,6
45 a 59 anos	4,4	6	7,7	4,5	6	7,4	4,2	6,1	7,9
60 anos ou mais	**2,7**	**3,6**	**4,9**	**3**	**3,8**	**5**	**2,5**	**3,4**	**4,9**

Fonte: IBGE/PNAD

5.2 BRASIL NO MAPA GLOBAL

Índice de desenvolvimento humano e taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais - 2021			
Posição	**País**	**IDH**	**Taxa de analfabetismo**
1°	Suíça	0,962	1,0%
2°	Noruega	0,961	0,0%
5°	Austrália	0,951	4,0%
10°	Países Baixos	0,942	1,0%
15°	Canadá	0,936	1,0%
27°	Espanha	0,905	2,3%
38°	Portugal	0,866	4,6%
42°	Chile	0,855	1,4%

47°	Argentina	0,842	2,1%
58°	Uruguai	0,809	2,0%
83°	Cuba	0,764	0,2%
84°	Peru	0,762	7,1%
86°	México	0,758	6,6%
87°	**Brasil**	**0,754**	**6,6%**
88°	Colômbia	0,752	6,4%
95°	Equador	0,740	8,4%
109°	África do Sul	0,713	6,9%
118°	Bolívia	0,692	8,8%
120°	Venezuela	0,691	7,0%
160°	Tanzânia	0,549	31,4%
191°	Sudão do Sul	0,385	73,0%

Fontes: PNUD, IBGE e UNESCO

Atualmente o Brasil ocupa a 87° posição no ranking de índice de desenvolvimento humano divulgado pelo programa das nações unidas para o desenvolvimento. Desde 1900 que foi quando se iniciou a contagem, o Brasil vinha melhorando os índices e subindo no ranking, porém nos dois últimos anos o Brasil registrou queda, dentre os diversos motivos, a pandemia seria o principal deles.

O IDH é calculado com base em 3 indicadores: **a educação, expectativa de vida, e o produto interno bruto**. Pelo o que podemos observar na tabela, o Brasil está abaixo de diversos países Sul americanos, e quando comparamos a taxa de analfabetismo desses países os números são ainda mais gritantes, sendo que o Chile apresenta uma taxa de analfabetismo de 1,4% já o Uruguai 2,0% seguido pela Argentina com 2,1%, enquanto o Brasil apresenta taxa de 6,6%

Dentre os motivos para isso, podemos citar questões como a grande extensão e população do Brasil, a enorme desigualdade social, a pobreza, a disparidade de gênero, o isolamento geográfico e principalmente a falta de investimento em educação para reverter tal realidade, o Brasil investe cerca de 5,6% do seu produto interno bruto em educação, o que é maior do que a média dos países da OCDE - Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico, formada por 36

países com elevado PIB, em contrapartida o valor investido por aluno está abaixo da média dos países da OCDE, e de alguns países da América Latina, o Brasil investe em média por aluno do ensino superior e básico anualmente US$ 4.500 já a Argentina investe US$ 5.680 e o Chile US$ 7.706. Enquanto os países da OCDE investem US$ 10.400. Sendo que o Brasil investe US$ 3.800 por estudante do ensino fundamental 1, enquanto a média do OCDE é de US$ 8.600, em comparação ao ensino fundamental 2 o investimento é de US$ 3.700 sendo que a média do OCDE é de US$ 10.200, e por fim a verba destinada ao ensino médio e técnico no Brasil é de US$ 4.100 e a média do OCDE é de US$ 10.000. Outro ponto importante é o salário dos professores que no Brasil está abaixo da média em comparação aos países da OCDE e que também é ao menos 13% menor do que o salário médio dos trabalhadores brasileiros com ensino superior. Sendo que no Brasil professores de ensino fundamental ganham US$ 22.500 anuais enquanto que a média do OCDE é de US$ 36.200, já os professores de ensino médio ganham no Brasil US$ 23.900 anuais, enquanto a média do OCDE é de US$ 45.800, ou seja praticamente o dobro. E isso está intrinsecamente relacionado à qualidade da educação de um país, visto que devido a baixa remuneração, isso acaba afastando algumas pessoas de seguirem essa profissão, ou então alguns professores precisam trabalhar em mais de 1 escola ou em diferentes trabalhos para se manter financeiramente, o que acaba sobrecarregando o mesmo, que por diversas vezes trabalha com poucos recursos e alunos com nível de conhecimento desnivelado.

Países com a maior quantidade de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais do mundo - UNESCO / 2011			
Posição	**País**	**Quantidade de Analfabetos em milhões**	**Taxa de analfabetismo da população em %**
1°	Índia	287,3	22,5%
2°	China	52,3	3,85%
3°	Paquistão	49,5	26,7%
4°	Bangladesh	44,1	28,5%

5°	Nigéria	41,8	24,4%
6°	Etiópia	26,8	30,3%
7°	Egito	15,6	18,2%
8°	**Brasil**	**13,9**	**8,6%**
9°	Indonésia	12,8	5,17%
10°	República Democrática do Congo	12,4	17,4%

Fonte: 11° relatório de monitoramento Global de Educação da UNESCO 2014

Se tratando de números absolutos, em 2014 a UNESCO divulgou o 11° relatório de monitoramento Global de Educação para todos elaborado entre 2005 e 2011, apontando o Brasil como o oitavo país com maior número de analfabetos adultos, que na época somavam 13,9 milhões. O relatório também aponta que em todo o mundo existem 774 milhões de adultos que não sabem ler, dos quais 64% são mulheres. Ademais, os 10 países mais analfabetos do mundo representam 72% do total mundial.

Os países com as maiores quantidades de pessoas analfabetas do mundo, são em suma alguns dos países mais populosos do mundo, porém não respectivamente, ao analisarmos o ranking dos países mais populosos do mundo em 2020, temos a seguinte ordem: 1° China, 2° Índia, 3° Estados Unidos, 4° Indonésia, 5° Paquistão, 6° Brasil, 7° Nigéria, 8° Bangladesh, 9° Rússia, 10° México. 11° Japão, 12° Etiópia, 13° Filipinas, 14° Egito, 15° Vietnã**,** 16° República Democrática do Congo, 17° Irã, 18° Turquia, 19° Alemanha, 20° Tailândia. Enquanto que os países com a maior quantidade de pessoas analfabetas são: 1° Índia, 2° China, 3° Paquistão, 4° Bangladesh, 5° Nigéria, 6° Etiópia, 7° Egito, 8° Brasil, 9° Indonésia e em 10° República Democrática do Congo. Portanto, a grande quantidade populacional dos países é algo que influencia na sua posição no ranking de países com a maior quantidade de pessoas analfabetas do mundo, mas não é o fator determinante.

Já em relação aos países com as maiores taxas de analfabetismo do mundo, temos a seguinte ordem em primeiro lugar Sudão do Sul com 73,0%, em segundo lugar Afeganistão com 71,9%, em terceiro lugar Burkina Faso com 71,3%, em

quarto lugar Níger com 71,3%, em quinto lugar Mali com 66,6%, em sexto lugar Chade com 64,4%, em sétimo lugar Somália com 62,2%, em oitavo lugar Etiópia com 61,0%, em nono lugar Guiné com 59,0%, e em décima posição Benin com 57,6%.

Em relação à esses 10 países que apresentam as maiores taxas de analfabetismo, notamos uma predominância do continente africano sendo que somente um país, se localiza em outro continente, sendo o Afeganistão que fica na Ásia, os demais se concentram na África Ocidental, oriental e Central. Entre os principais motivos para o alto índice de analfabetismo desse países podemos citar questões como: extrema pobreza, baixo investimento em educação, e além disso alguns países enfrentam guerras, terrorismo e instabilidade política.

Algo que esses 10 países têm em comum é que em ambos a taxa de analfabetismo de mulheres é superior a de homens. Por exemplo no Sudão do Sul, onde 73% da população não é alfabetizada, 60% dos homens são analfabetos, enquanto 84% das mulheres são analfabetas. A maioria desses países têm populações pequenas que variam de 12 milhões a 24 milhões, com exceção da Etiópia e do Afeganistão com população de 117,2 milhões e 38,97 milhões respectivamente, dados de 2020

O país com a maior taxa de analfabetismo, o Sudão do Sul, tinha em 2020 uma população de 10,61 milhões, com taxa de analfabetismo de 73,0% da população, resultando numa estimativa de 7.745,3 milhões de analfabetos. Ou seja, a quantidade de pessoas analfabetas no Brasil que é superior a 10 milhões, em relação à quantidade absoluta de analfabetos é maior do que, a do país com a maior taxa de analfabetismo do mundo, portanto é um número muito expressivo que corresponde a população de diversos países, por exemplo.

Expectativa de vida no Brasil ao decorrer dos anos - IBGE	
Ano	**Expectativa de vida em anos**
1940	45,5
1950	48,0
1960	52,5
1970	57,6

1980	62,5
1991	66,9
2000	69,8
2010	73,9
2018	76,3
2019	76,6
2020	76,8

Fonte; IBGE

A expectativa de vida é uma estatística com base em diversos fatores como a renda per capita, o acesso à serviços de saúde, saneamento, educação, cultura, lazer, bem como os índices de violência, de criminalidade e de poluição do local onde vive a população. E serve como indicador de qualidade de vida.

A expectativa de vida média global era de 73,4 anos em 2019. O Japão e a Suíça estão entre os países com as maiores expectativas de vida, sendo que o Japão tinha como média 84,62 anos em 2020, sendo a expectativa para mulheres de 87,74 anos, enquanto a de homens é de 81,64 anos. Já a Suíça em 2020 tinha como média 83,10 anos, sendo de 81,00 anos entre os homens e 85,10 anos para mulheres. Em contrapartida temos o país Mali com uma das menores esperanças de vida, com média geral de 58,63 anos, sendo a de mulheres 59,94, anos e a de homens 57,39 anos, ambos os dados de 2020. Como podemos notar entre os diversos fatores que influenciam a expectativa de vida, baixos índices de analfabetismo e uma boa educação está relacionada a uma expectativa de vida maior.

Em 1940 a expectativa de vida da população brasileira era de 45,5 anos, ao decorrer do tempo essa expectativa subiu 31,3 anos atingindo a expectativa de 76,8 em 2020, sendo que a expectativa de vida dos homens é de 73,3 enquanto a de mulheres é de 80,3 anos.

Em relação à distribuição da população Brasileira, em 2018 a população de 0 a 14 anos correspondia a 21,89% da população, já a de 15 a 24 anos é de 16,29%, e a de 25 a 54 anos de 43,86%, e a de 55 a 64 anos é de 9,35% enquanto a de 65 anos ou mais é equivalente a 8,61%.

Percebemos nos últimos anos uma tendência de crescimento da população de 30 anos ou mais de idade, correspondendo a 56,1% da população em 2021, enquanto em 2012 era de 50,1%. Em 2021, os grupos de 30 a 39 anos, correspondiam a 16,1% da população residente. Já os grupos de 40 a 49 anos 14,0%, e os de 50 a 59 anos 11,4% e os de 60 anos ou mais, 14,7%. A parcela de pessoas com 65 anos ou mais de idade representava 10,2% da população.

Ou seja, na maioria dos países, as pessoas estão vivendo mais, e tendo menos filhos, sendo que a maternidade ocorre cada vez de forma mais tardia. Segundo as expectativas do IBGE no ano de 2039, o número de idosos com mais de 65 anos vai ser maior que o de crianças menores de 15 anos. Atualmente, o número de pessoas com mais de 65 anos é de, aproximadamente, 1 a cada 10 brasileiros. Em 2060, 1 a cada 4 brasileiros vai estar nessa faixa etária.

A população acima de 60 anos, representa 52% da população analfabeta, entretanto não é prioridade dos gestores públicos criar programas de alfabetização que atendem a esse grupo de pessoas, os quais acreditam ser mais vantajoso investir na educação básica, ao invés de investir na educação de jovens e adultos por ser uma parcela "muito pequena". Além disso, também vemos discursos como o do ex-ministro da educação Paulo Renato dizendo "vamos concentrar os nossos esforços nas novas gerações. A sucessão geracional se encarregará de eliminar o analfabetismo"

Contudo, essas ideias estão extremamente equivocadas, visto que para combater o analfabetismo temos que combater o analfabetismo absoluto, e o acesso à educação é um direito, portanto todos as pessoas deveriam ter a oportunidade de aprender a ler e escrever. O sistema educacional falhou com essas pessoas quando ainda eram crianças e não tiveram acesso à educação e segue falhando diariamente enquanto mantém essas pessoas à margem da educação, não criando políticas públicas que as englobam.

Ademais, cada vez o número de idosos aumenta, e essas pessoas desempenham papéis fundamentais como cidadãos, cuidando dos netos enquanto os pais trabalham, sendo responsáveis pelo acompanhamento escolar dos pequenos, ou desempenhando seu direito democrático nas eleições, e sobretudo o analfabetismo traz diversos malefícios a vida dessas pessoas, portanto para terem uma vida plena se vê necessário que tenham a oportunidade de serem alfabetizados.

Em 2022 o Brasil ocupava o 12º lugar no ranking das maiores economias, com PIB de US$ 1,92 trilhão, portanto o Brasil teria condições econômicas de aumentar o investimento na educação e criar políticas públicas de combate ao analfabetismo englobando o público idoso, o que falta é direcionamento de recursos da gestão pública.

5.3 DESIGUALDADES REGIONAIS

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais - 1996/2019							
Unidade Geográfica	**Ano**						
	2019	**2015**	**2010**	**2005**	**2001**	**1998**	**1996**
Brasil	6,6	8,0	9,0	11,0	12,4	13,8	14,7
Norte	7,2	9,1	11,2	11,5	11,2	12,6	12,4
Nordeste	13,0	16,2	19,1	21,9	24,3	27,5	28,7
Sudeste	4,0	4,3	5,5	6,4	7,5	8,1	8,7
Sul	3,8	4,1	5,1	5,9	7,1	8,1	8,9
Centro Oeste	5,1	5,7	7,2	8,9	10,2	11,1	11,6

Fonte: IBGE

População analfabeta de 15 anos ou mais em milhares - 2016/2019				
Unidade Geográfica	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**
Brasil	10.054	10.265	10.495	10.690
Norte	937	972	966	990
Nordeste	5.678	5.645	5.886	5.891
Sudeste	2.168	2.256	2.296	2.410
Sul	718	786	764	779
Centro Oeste	553	605	583	620

Fonte: IBGE

Segundo o censo do IBGE de 2019, que calculou a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, a Região Nordeste foi a que apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,0%). Isto representa uma taxa aproximadamente

três vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste (4,0%) e Sul (3,8%). Na Região Norte essa taxa foi 7,2 % e no Centro-Oeste, 5,1%.

Ao observar a tabela podemos observar que o nordeste sempre foi a região com os maiores índices de analfabetismo do Brasil, apresentando números bastante expressivos, em 1996 28,7% e em 2019 13,0%. Sendo, portanto, a região que teve a maior diminuição nas taxas de analfabetismo, mas ainda está longe do ideal uma vez que o Nordeste brasileiro tem mais de 5 milhões de analfabetos, representando 56,4% dos analfabetos do país.

Outro ponto importante é que a segunda região com maiores taxas de analfabetismo, a região norte, apresentou em média taxas correspondente a metade do valor da região Nordeste, sendo 12,4% em 1996 e 7,2% em 2019. O Sul do país apresenta a menor taxa de analfabetismo, e é interessante notar que em 1996 o Sudeste apresentou a menor taxa da época de 8,7%, e em 1998 ambos estavam empatados, com 8,1% e a partir dali em diante o Sul atinge as taxas mais baixas até hoje.

Ao analisarmos os dados percentuais vemos que a região mais analfabeta do país é o nordeste, em seguida o norte e o centro oeste, logo após o Sudeste e por fim o Sul. Mas se comparamos a quantidade absoluta de analfabetos por região as posições são diferentes, o Nordeste continua em primeiro lugar, porém agora seguido do Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste respectivamente.

Outro ponto que chama atenção é que apesar da quantidade de analfabetos brasileiros ter diminuído de maneira constante, algumas regiões do Brasil mostraram um aumento de um ano ao outro, por exemplo em 2017 o norte tinha 966.000 analfabetos e em 2018 o número aumentou para 972.000 mas em 2019 reduziu para 937.000. Já o nordeste diminuiu a quantidade de analfabetos de 2016 a 2018 para 5.645.000, porém em 2019 a quantidade aumentou para 5.678.000. Já o Sudeste vem mantendo redução constante nos últimos 4 anos. Enquanto o Sul apresentou redução em 2017 chegando em 764.000 mas em 2018 o número aumentou para 786.000 contudo em 2019 despencou atingindo o marco de 718.000 analfabetos. Já o Centro Oeste apresentou aumento em 2018 passando de 583.000 em 2017 para 605.000, porém em 2019 o número foi reduzido a 553.000. Isso evidencia a falta de projetos voltados para a alfabetização e que se medidas não forem tomadas o analfabetismo pode aumentar ao invés de diminuir.

Expectativa de vida por estado brasileiro separada por gênero IBGE - 2020				
Posição	**Unidade Federativa**	**Índice total**	**Homem**	**Mulher**
1°	Santa Catarina	80,4	77,2	83,7
2°	Espírito Santo	79,5	75,8	83,4
3°	São Paulo	79,3	76.3	82,1
4°	Distrito Federal	79,3	75,6	82,5
5°	Rio Grande do Sul	79,0	75,7	82,5
6°	Paraná	78.4	75,8	81,9
7°	Minas Gerais	78,4	75,6	81,2
8°	Rio de Janeiro	77,5	74,2	80,5
9°	Rio Grande do Norte	76,7	72,8	80,7
10°	Mato Grosso do Sul	76,7	73,3	80,3
11°	Pernambuco	75,6	71,9	79,1
12°	Mato Grosso	75,3	72,3	78,9
13°	Acre	75,3	72,1	78,8
14°	Amapá	75,0	72,6	77,7
15°	Goiás	74,9	71,8	78,3
16°	Ceará	74,8	70,9	78,8
17°	Tocantins	74,6	71,6	77,9
18°	Paraíba	74,6	70,3	78,4
19°	Bahia	74,5	70,5	79,3
20°	Sergipe	73,8	69,6	78,1
21°	Alagoas	73,3	68,5	78,0
23°	Amazonas	73,0	69,6	76,7
24°	Pará	73,0	69,1	77,3
22°	Roraima	72,9	70,6	75,5
25°	Rondônia	72,2	69,1	75,8
26°	Maranhão	71,9	68,2	75,8

27°	Piauí	71,9	67,6	76,3

Fonte: IBGE

Em relação à expectativa de vida brasileira, era de 76,8 em 2020, sendo que a dos homens é de 73,3 enquanto a de mulheres é de 80,3 anos, ou seja, as mulheres vivem em media 7 anos a mais que os homens. Essa disparidade entre os gêneros varia entre as unidades federativas: as mais altas são encontradas em Alagoas (9,6 anos), Bahia (9,2 anos) e Sergipe (8,5 anos), enquanto as mais baixas estão nos estados de Roraima (5,1 anos), Amapá (5,3 anos) e Minas Gerais (5,8 anos). Em virtude disso, o ranking dos estados por esperança de vida pode apresentar posições bastante distintas entre os sexos.

Santa Catarina está na primeira posição, com índice total de 80,4 e a expectativa de vida dos homens é de 77,2 enquanto a de mulheres é de 83,7 ambas sendo as maiores médias do país, ou seja uma diferença de 6,5 anos

Roraima é o estado que apresenta a menor expectativa de vida do brasil para mulheres que é de 75,5 anos, sendo uma diferença de 8,2 anos em relação a Santa Catarina com 83,7, que possui a expectativa de vida mais alta do Brasil.

Piauí é o estado com a menor expectativa de vida masculina, de 67,6 anos, contra a maior expectativa de vida masculina, referente a Santa Catarina de 77,2, sendo uma diferença de 9,6 anos.

Ao comparar a menor expectativa de vida, que é a do Piauí para o sexo masculino de 67,6 anos, contra a maior expectativa de vida que é a de Santa Catarina do sexo feminino com 83,7 anos, observamos que a discrepância é de 16,1 anos.

É interessante notar que entre as regiões do país, a Região Sul tinha a maior esperança de vida e a Região Norte a menor. Já os estados com as maiores e menores posições no ranking, estão relacionados a incidência de pobreza e alfabetismo, uma vez que Santa Catarina está em primeiro lugar no ranking de expectativa de vida, e em segundo lugar no ranking de estados com maior taxa de alfabetizados, e possui a menor incidência de pobreza de apenas 1,7%. Enquanto o Piauí que ocupa a última posição no ranking de expectativa de vida, está em terceiro lugar no ranking de estados mais analfabetos do Brasil, seguido pelo Maranhão em penúltimo lugar no ranking de expectativa de vida, e em 4° lugar no

ranking de estados mais analfabetos do Brasil, além de liderar o ranking de pobreza extrema.

Pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, distruibuidas por unidade da federação, e por sexo e grupo de idade - IBGE 2019					
Unidade da Federação	**População analfabeta com 15 anos ou mais de idade (em milhares)**	**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais**	**População analfabeta com 60 anos ou mais de idade (em milhares)**		**Diferença entre homens e mulheres**
			Homem	**Mulher**	
Brasil	10.054	6,6	2286	2943	-657
Bahia	1387	12,9	328	399	-71
Ceará	898	13,6	216	213	3
São Paulo	890	2,6	191	347	-156
Minas Gerais	855	5,5	206	301	-95
Pernambuco	816	11,9	170	227	-57
Maranhão	758	15,6	163	191	-28
Pará	491	8,4	103	112	-9
Paraíba	468	16,1	106	102	4
Alagoas	407	17,1	79	95	-16
Piauí	375	16,0	91	99	-8
Paraná	373	4,6	79	148	-69
Rio Grande do Norte	345	13,4	81	82	-1
Rio de Janeiro	274	2,1	68	101	-33
Goiás	252	5,1	65	82	-17
Rio Grande do Sul	224	2,6	57	80	-23
Sergipe	223	13,5	43	53	-10
Espírito Santo	150	5,3	37	56	-19

Amazonas	147	5,4	30	33	-3
Mato Grosso	146	6,2	37	51	-14
Santa Catarina	121	2,3	30	44	-14
Tocantins	105	9,7	31	31	0
Mato Grosso do Sul	95	5,1	20	29	-9
Rondônia	77	6,4	19	24	-5
Acre	68	11,7	15	12	3
Distrito Federal	60	2,7	9	22	-13
Amapá	32	5,5	7	8	-1
Roraima	18	5,0	5	4	1

Fonte: IBGE

Em relação aos Estados brasileiros, a Bahia é o estado com mais analfabetos do país, correspondendo a 13,8% do montante total. E se somarmos os 6 primeiros estados sendo eles Bahia, Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão chegamos a 55,7% de todos os analfabetos do Brasil. A população idosa, acima de 60 anos, representa 52% da população analfabeta. Em relação à discrepância de gênero, a taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade é 6,9% e para as mulheres, 6,3%.

Em relação à posição de cada estado, podemos observar que se tratando da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, com o maior índice, temos em 1° Alagoas, 2° Paraíba, 3° Piauí, 4° Maranhão, 5° Ceará, 6° Sergipe, 7° Rio Grande do Norte, 8° Bahia, 9° Pernambuco, 10° Acre, 11° Tocantins, 12° Pará, 13° Rondônia, 14° Mato Grosso, 15° Amapá, 16° Minas Gerais, 17° Amazonas, 18° Espírito Santo, 19° Mato Grosso do Sul, 20° Goiás, 21° Roraima, 22° Paraná, 23° Distrito Federal, 24° São Paulo, 25° Rio Grande do Sul, 26° Santa Catarina, 27° Rio de Janeiro.

Já em relação à maior quantidade de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais por unidade da federação temos a seguinte ordem em 1° Bahia, 2° Ceará, 3° São Paulo, 4° Minas Gerais, 5° Pernambuco, 6° Maranhão, 7° Pará, 8° Paraíba, 9° Alagoas, 10° Piauí, 11° Paraná, 12° Rio Grande do Norte, 13° Rio de Janeiro, 14°

Goiás, 15° Rio Grande do Sul, 16° Sergipe, 17° Espírito Santo, 18° Amazonas, 19° Mato Grosso, 20° Santa Catarina, 21° Tocantins, 22° Mato Grosso do Sul, 23° Rondônia, 24° Acre, 25° Distrito Federal, 26° Amapá, 27° Roraima.

É importante associar que a taxa de analfabetismo e a quantidade total de analfabetos por vezes mostram realidades diferentes, por isso é relevante analisar os dados de diferentes perspectivas. São Paulo tem uma taxa de analfabetismo de 2,6%, porém tem 890.000 analfabetos, sendo a terceira cidade com a maior quantidade de analfabetos, enquanto, em relação à taxa de analfabetismo está na 24° posição. Às vezes ao analisar apenas a taxa de analfabetismo podemos mascarar dados e tirar conclusões precipitadas, presumindo que tal região já combateu o analfabetismo, sendo que ainda existem muitos analfabetos no local, e isso deve ser levado em consideração na hora de criar políticas públicas.

Outro ponto que chama atenção em São Paulo é a discrepância do analfabetismo em relação à homens e mulheres, os dados acerca do analfabetismo das mulheres acima de 60 anos são em média 81,6% maior do que o de homens da mesma faixa etária, correspondendo a 156.000 mulheres a mais.

Em 22 das 27 unidades da federação mulheres acima de 60 anos apresentaram um índice de analfabetismo maior do que homens na mesma faixa etária. Sendo assim, os Estados que possuem maior discrepância de gênero são: 1° São Paulo, 2° Minas Gerais, 3° Bahia, 4° Paraná, 5° Pernambuco, 6° Rio de Janeiro, 7° Maranhão, 8° Rio Grande do Sul, 9° Espírito Santo, 10° Goiás, 11° Alagoas, 12° Mato Grosso, 13° Santa Catarina, 14° Distrito Federal, 16° Sergipe, 17° Pará, 18° Mato Grosso do Sul, 19° Piauí, 20° Rondônia, 21° Amazonas, 22° Rio Grande do Norte, 21° Amapá. Já Tocantins apresenta a mesma quantidade para homens e mulheres, enquanto Roraima, Ceará, Acre e Paraíba possuem mais homens analfabetos do que mulheres.

5.4 ANALFABETISMO POR MUNICÍPIO

Feliz é a cidade com o menor índice de analfabetismo do Brasil, com 0,9% de analfabetos com 15 anos ou mais, com uma população de 13.547 habitantes (estimativa IBGE/2019), Sendo o município com maior índice de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, estando na 551° posição no ranking nacional de IDH, que vai

ate 5565° com IDH de 0,750 em 2010. É a 11ª cidade mais igualitária do Brasil com PIB per capita de R$ 34.521,95 em 2020.

Podemos perceber pela Tabela que a maioria das cidades com as menores taxas de analfabetismo são cidades pequenas, apesar de também ter cidades populosas nessa lista, portanto a quantidade de habitantes vai desde 1.604 em lagoa dos três Cantos até 1.963.726 habitantes em Curitiba, ambos os dados são do Censo do IBGE de 2021.

E nessas cidades mais populosas, por mais que apresentem taxas baixas, apresentam números expressivos, Curitiba que está em 38° lugar na lista das cidades com os menores índices de analfabetismo, e tem 29.277 pessoas analfabetas, portanto a quantidade de analfabetos é quase 9 vezes maior do que a de Salgadinho município em Pernambuco com 3.317 pessoas que não sabem ler, sendo a cidade com o maior percentual de analfabetos do Brasil, correspondendo a 47,1% da população.

Outra questão é a incidência de estados, concentrados em apenas 5 estados, na seguinte ordem: Rio Grande do Sul tem recorrência de 30 vezes, Santa Catarina aparece 11 vezes, São Paulo 4 vezes, Paraná 3 vezes, Rio de Janeiro 2 vezes.

Em 33 das 50 cidades a taxa de mulheres analfabetas é maior em relação à homens analfabetos, ambos na faixa etária de 60 anos ou mais. Sendo a maior discrepância da cidade de Salvador do sul, onde homens acima de 60 anos apresentam uma taxa de 4,9% enquanto mulheres da mesma idade representam uma taxa de 12,3%

Também é interessante notar que por mais que as cidades apresentem taxas baixas de analfabetismo na média geral, quando comparamos o grupo de idade de 60 anos ou mais as taxas aumentam bastante, em relação à Salvador do Sul a taxa de pessoas analfabetas acima de 15 anos salta de 2,1% para 8,9% quando comparado somente o grupo acima de 60 anos de ambos os sexos.

Cidades com os menores índices de analfabetismo do país DATASUS 2010						
Estado	Município	População analfabeta com 15 anos ou mais de idade	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)	Taxa de analfabetismo da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)		Diferença entre homens e mulheres
				Homem	Mulher	

Rio Grande do Sul	Feliz	97	0,9	2,4	3,5	-1,1
Santa Catarina	São João do Oeste	47	0,9	2 1	1,0	1,1
Rio Grande do Sul	Salvador das Missões	25	1,1	0,0	1,9	-1,9
Rio Grande do Sul	Vila flores	29	1,1	0 0	5,0	-5,0
Rio Grande do Sul	Dois Irmãos	271	1,2	6,0	6,5	-0,5
Rio Grande do Sul	Morro Reuter	55	1,2	2,7	3,7	-1,0
Santa Catarina	Balneário Camboriú	1.131	1,3	2,2	4,9	-2,7
Rio Grande do Sul	Santa Maria do herval	64	1,3	3,0	5,3	-2,3
Rio Grande do Sul	São Pedro da Serra	37	1,4	0,0	6,3	-6,3
Rio Grande do Sul	Chuí	61	1,4	8,1	2,1	6,0
Rio Grande do Sul	Imigrante	37	1,4	2,7	2,3	0,4
Rio Grande do Sul	Lagoa dos Três Cantos	19	1,4	3,4	3,2	0,2
São Paulo	Águas de São Pedro	34	1,5	2,8	1,4	1,4
São Paulo	São Caetano do Sul	1.841	1,5	2,1	5,4	-3,3
Paraná	Quatro Pontes	47	1,5	3,4	3,1	0,3
Rio Grande do Sul	São José do Hortêncio	50	1,5	6,8	3,9	2,9

Santa Catarina	Pomerode	328	1,5	2,8	1,7	1,1
Rio Grande do Sul	Bom Princípio	156	1,6	9,2	5,1	4,1
Rio Grande do Sul	Arroio do Meio	247	1,6	4,7	6,6	-1,9
Santa Catarina	Jaraguá do Sul	1.818	1,6	6,0	8,2	-2,2
Rio Grande do Sul	Boa Vista do buricá	84	1,6	5,4	5,9	-0,5
Rio Grande do Sul	São vendelino	26	1,6	0,0	4,6	-4,6
Santa Catarina	Blumenau	4.263	1,7	5,6	7,1	-1,5
Santa Catarina	Luzerna	80	1,7	1,7	5,4	-3,7
Rio Grande do Sul	Teutônia	382	1,7	8,1	7,3	0,8
Rio Grande do Sul	Ivoti	278	1,7	4,3	5,2	-0,9
Rio Grande do Sul	Westfalia	39	1,7	3,6	3,4	0,2
Rio Grande do Sul	Alto feliz	45	1,8	3,8	6,0	-2,2
Rio Grande do Sul	Monte Belo sul	41	1,8	5,7	4,7	1,0
Santa Catarina	Florianópolis	6.637	1,9	5,0	6,7	-1,7
Paraná	Bom sucesso do sul	51	1,9	3,7	10,4	-6,7

Rio Grande do Sul	Tupandi	60	1,9	6,9	5,5	1,4
Rio de Janeiro	Nilópolis	2.490	2,0	4,3	7,5	-3,2
Santa Catarina	Timbó	606	2,0	6,1	5,1	1,0
Rio Grande do Sul	Pareci Novo	60	2,1	5,6	3,3	2,3
Rio Grande do Sul	Vista Alegre do Prata	27	2,1	3,8	3,3	0,5
Rio Grande do Sul	São José do Sul	37	2,1	3,8	3,9	-0,1
Paraná	Curitiba	29.277	2,1	5,1	9,1	-4,0
Santa Catarina	Peritiba	51	2,1	3,3	8,9	-5,6
Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	1.876	2,1	5,7	10,5	-4,8
Rio Grande do Sul	Picada cafe	89	2,1	3,1	6,3	-3,2
Rio Grande do Sul	Salvador do sul	114	2,1	4,9	12,3	-7,4
Santa Catarina	Joinville	8.831	2,2	6,7	10,1	-3,4
Rio Grande do Sul	Garibaldi	568	2,2	8,8	6,8	2,0
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	24.723	2,2	4,0	6,5	-2,5
Rio Grande do Sul	Vale Real	92	2,2	13,2	4,5	8,7
São Paulo	Santos	7.509	2,2	2,8	5,3	-2,5

Rio de Janeiro	Niterói	9.202	2,3	3,8	5,5	-1,7
São Paulo	Saltinho	130	2,3	6,1	10,6	-4,5
Santa Catarina	São José	3.904	2,3	6,3	11,2	-4,9

Fonte: IBGE / DATASUS 2010

Salgadinho é a cidade com o maior índice de analfabetismo do Brasil, com taxa de 47,1% de analfabetos com 15 anos ou mais, com uma população de 11.214 pessoas (estimativa IBGE/2021). Em 2010 possuía IDH de 0,534 estando em 5366 º posição no ranking nacional que contempla 5565 municípios, ou seja está entre os 200 municípios com o pior ranking do Brasil. E tinha PIB per capita de R $7.022,69 em 2021, ou seja, é quase 5 vezes menor do que o de Feliz município com menor índice de analfabetismo do Brasil. Além disso, em Salgadinho 12% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola (IBGE/2010).

A maioria dos municípios com as maiores taxas de analfabetismo são pouco populosos, sendo que a quantidade de habitantes vai desde 2.561 em Floresta do Piauí até 55.170 pessoas em Granja, ambos os dados do IBGE de 2021. Por serem cidades pequenas por mais que apresentem altas taxas de analfabetismo, quando vemos a quantidade absoluta de analfabetos não são números tão elevados assim, por exemplo se somarmos a quantidade de pessoas analfabetas das 50 cidades com os maiores índices de analfabetismo do Brasil obtemos um total de 173.108 pessoas, sendo menor do que a quantidade de analfabetos da cidade de São Paulo que é de 277.325, mas apresenta taxa de analfabetismo de 3,1%.

Em relação à incidência de estados, os 50 municípios com os maiores índices de analfabetismo se distribuem em 9 estados sendo que Piauí tem recorrência de 12 vezes, Alagoas aparece 11 vezes, Paraíba 10 vezes, Pernambuco 8 vezes, Roraima, Amazonas, Bahia e Ceará aparecem 2 vezes cada, e por fim Mato grosso do Sul apenas 1 vez.

Em 34 das 50 cidades com maiores índices de analfabetismo, a taxa de mulheres analfabetas é maior em relação à de homens analfabetos com 60 anos ou mais. E a maior discrepância de gênero na população com 60 anos ou mais, se encontra em

três cidades do estado do Piauí, sendo elas: São José do Piauí com taxa de 61,1% para homens e 81,4% para mulheres, em seguida vem o município de Brejo do Piauí onde mulheres apresentam taxa de 78,3% enquanto a dos homens é de 59,7%. E São Francisco de Assis do Piauí onde a taxa de analfabetismo dos homens é de 64,4% em comparação a 82,0% para mulheres. Ademais a cidade com o maior índice de analfabetismo feminino, dessas 50 cidades com os maiores índices de analfabetismo, é o município de Alagoinha do Piauí onde 88,5% das mulheres com 60 anos ou mais são analfabetas.

Outro ponto importante é que apesar de estarmos comparando os índices de analfabetismo da população idosa, é importante salientar que na maior parte desses municípios, o índice das crianças de 6 a 14 anos que não frequentam uma rede de ensino supera a média nacional. Em destaque temos o município de Alto Alegre, em Roraima, onde 44% das crianças não estudam. Já em Inhapi, no Alagoas, 17% das crianças não frequentam a escola.

Cidades com os maiores índices de analfabetismo do país DATASUS 2010						
Estado	**Município**	**População analfabeta com 15 anos ou mais de idade**	**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)**	**Taxa de analfabetismo da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)**		**Diferença entre homens e mulheres**
				Homem	**Mulher**	
Pernambuco	Salgadinho	3.317	47,1	81,5	73,0	8,5
Alagoas	Traipu	7.564	44,9	70,8	69,0	1,8
Piauí	Alagoinha do Piauí	2.521	44,8	76,3	88,5	-12,2
Piauí	Caxingó	1.522	44,4	80,2	77,1	3,1
Piauí	Vera Mendes	962	43,7	66,7	79,8	-13,1
Bahia	Pedro Alexandre	4.926	43,3	76,1	78,2	-2,1

Piauí	Paquetá	1.317	42,9	71,5	85,5	-14,0
Piauí	Massapê do Piauí	1.936	42,7	68,0	79,0	-11,0
Piauí	Floresta do Piauí	785	42,5	71,0	76,8	-5,8
Paraíba	Casserengue	2.121	42,2	76,5	77,1	-0,6
Paraíba	São José da Lagoa Tapada	2.409	42,1	64,0	71,8	-7,8
Piauí	Caraúbas do Piauí	1.604	42,0	71,4	69,2	2,2
Alagoas	Minador do Negrão	1.611	41,9	82,6	77,1	5,5
Paraíba	Pedro Régis	1.711	41,5	73,7	76,1	-2,4
Alagoas	Craíbas	6.405	41,5	71,7	84,9	-13,2
Piauí	Padre Marcos	2.042	41,3	68,2	78,6	-10,4
Paraíba	Serraria	1.802	41,0	78,2	72,7	5,5
Pernambuco	Manari	4.721	40,9	75,5	82,6	-7,1
Alagoas	Olho d'Água Grande	1.346	40,9	74,8	76,7	-1,9
Paraíba	Araçagi	5.171	40,7	72,8	68,6	4,2
Pernambuco	Itaíba	7.387	40,7	72,9	73,0	-0,1
Alagoas	Canapi	4.485	40,3	73,8	73,3	0,5

Paraíba	Curral de Cima	1.505	40,3	79,0	76,3	2,7
Amazonas	Ipixuna	4.929	40,2	83,1	87,5	-4,4
Piauí	Assunção do Piauí	1.968	40,1	64,4	68,6	-4,2
Piauí	São José do Piauí	1.954	40,1	61,1	81,4	-20,3
Alagoas	Estrela de Alagoas	4.953	40,1	70,7	76,9	-6,2
Alagoas	Branquinha	2.667	40,0	78,6	85,5	-6,9
Roraima	Alto Alegre	3.763	39,9	59,7	66,2	-6,5
Roraima	Amajari	2.096	39,8	64,8	65,6	-0,8
Paraíba	Cuité de Mamanguape	1.775	39,8	68,4	71,2	-2,8
Alagoas	Coite do Noia	3.046	39,8	82,3	77,0	5,3
Paraíba	Salgado de São Félix	3.501	39,7	67,7	67,1	0,6
Alagoas	Cacimbinhas	2.825	39,7	74,7	69,0	5,7
Alagoas	Santana do Mundaú	2.934	39,7	81,3	79,5	1,8
Piauí	São Francisco de Assis do Piauí	1.525	39,6	64,4	82,0	-17,6
Pernambuco	Lagoa do Ouro	3.332	39,6	73,5	75,5	-2,0
Bahia	Coronel João sá	4.708	39,6	69,5	74,9	-5,4

Paraíba	Cacimba de Dentro	4.720	39,5	74,6	68,0	6,6
Paraíba	Damião	1.356	39,5	74,2	75,1	-0,9
Pernambuco	Caetés	7,297	39,5	71,3	74,0	-2,7
Amazonas	Itamarati	1.813	39,4	86,9	74,8	12,1
Pernambuco	Buíque	13.397	39,4	69,6	71,9	-2,3
Mato grosso do Sul	Campo Grande	2.464	39,4	69,4	80,7	-11,3
Ceará	Salitre	4.065	39,3	69,0	75,1	-6,1
Pernambuco	Quipapá	6,483	39,3	75,6	80,5	-4,9
Alagoas	Inhapi	4.376	39,3	66,3	67,5	-1,2
Pernambuco	Águas Belas	10.682	39,3	67,8	68,3	-0,5
Piauí	Brejo do Piauí	1.065	39,2	59,7	78,3	-18,6
Ceará	Granja	14.010	39,2	73,6	71,2	2,4

Fonte: IBGE / DATASUS 2010

A cidade de São Paulo possui a maior população analfabeta do Brasil, com 277.325 pessoas que não sabem ler e escrever, sendo praticamente o dobro da população analfabeta do segundo colocado, o Rio de Janeiro com 138.911 analfabetos.

As cidades mais populosas do brasil em 2010 segundo o IBGE, eram 1° São Paulo, 2° Rio de Janeiro, 3° Salvador, 4° Brasília, 5° Fortaleza, 6° Belo Horizonte, 7°

Manaus, 8° Curitiba, 9° Recife, 10° Porto Alegre, 11° Belém, 12° Goiânia, 13° Guarulhos, 14° Campinas, 15° São Luís, 16° São Gonçalo, 17° Maceió, 18° Duque de Caxias, 19° Teresina, 20° Natal, 21° Nova Iguaçu, 22° Campo Grande, 23° São Bernardo do Campo, 24° João Pessoa, 25° Santo André, 26° Osasco, 27° Jaboatão dos Guararapes, 28° São José dos Campos, 29° Ribeirão Preto, 30° Uberlândia.

Enquanto a ordem dos municípios com a maior população analfabeta é a seguinte: 1° São Paulo, 2° Rio de Janeiro, 3° Fortaleza, 4° Recife, 5° Salvador, 6° Maceió, 7° Brasília, 8° Teresina, 9° Belo Horizonte, 10° Manaus. Ou seja, os municípios serem populosos influenciam na posição dos municípios no ranking de maior quantidade de analfabetos, porém não é o único fator, visto que as posições não são respectivas a população, mas engloba outros fatores como desenvolvimento econômico, social e educativo.

É interessante notar que a maioria das cidades com a maior quantidade de pessoas analfabetas, apresentam taxas de analfabetismo baixas, é o caso de Curitiba por exemplo, que apresenta a 25° maior quantidade de analfabetos por município do Brasil, mas está em 38° posição no ranking das cidades com menores taxas de analfabetismo com taxa de 2,1%. Isso acontece também em demais cidades como o Rio de Janeiro que está em 2° lugar em relação a maior quantidade de analfabetos, e na 79° posição no ranking das cidades com as menores taxas de analfabetismo com 2,7%, e assim por diante com Belo Horizonte que tem taxa de 2,8%, São Paulo 3,1%, Belém 3,3%, São Gonçalo 3,6% e Guarulhos 3,8%.

Dentre os municípios desse ranking o que apresenta a maior taxa de analfabetismo é Arapiraca com taxa de analfabetismo de 21,9% para a população acima de 15 anos e também com a maior taxa em relação à população acima de 60 anos sendo de 54,7% para homens e de 56,3% para as mulheres. E analisando a tabela podemos notar que as maiores taxas de analfabetismo seguem concentradas na região Nordeste.

Em relação à incidência de estados os 28 municípios com maior quantidade de pessoas analfabetas se distribuem em 17 estados, sendo que Pernambuco, Paraíba e Bahia têm recorrência de 3 vezes cada, enquanto São Paulo, Paraíba, Alagoas, Rio de Janeiro e Ceará aparecem 2 vezes, e Amazonas, Pará, Minas Gerais, Maranhão, Goiás, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe aparecem apenas uma vez.

Em 24 dos 28 municípios a taxa de mulheres analfabetas é maior em relação à de homens analfabetos, ambos com 60 anos ou mais, e em apenas um desses 28 municípios podemos observar que a taxa é igual para homens e mulheres nessa faixa etária, sendo Campina grande com taxa de 30,4. Vitória da Conquista é o município que apresenta maior discrepância de gênero na população com 60 anos ou mais, com taxa de 46,2% para mulheres e de 35,2% para homens.

Cidades com as maiores quantidades de analfabetismo do país DATASUS 2010						
Estado	**Município**	**População analfabeta com 15 anos ou mais de idade**	**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)**	**Taxa de analfabetismo da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)**		**Diferença entre homens e mulheres**
				Homem	**Mulher**	
São Paulo	São Paulo	277.325	3,1	6,2	10,8	-4,6
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	138.911	2,7	4,7	7,4	-2,7
Ceará	Fortaleza	129.045	6,8	19,0	19,2	-0,2
Pernambuco	Recife	83.435	6,9	13,2	18,5	-5,3
Bahia	Salvador	81.837	3,9	8,3	14,2	-5,9
Alagoas	Maceió	78.783	11,3	27,2	28,8	-1,6
Brasília	Brasília	69.900	3,6	12,0	14,9	-2,9
Piauí	Teresina	54.551	8,8	28,9	32,2	-3,3
Minas Gerais	Belo Horizonte	53.787	2,8	6,4	11,3	-4,9
Amazonas	Manaus	50.439	3,9	15,5	20,0	-4,5

Rio Grande do Norte	Natal	49.386	7,9	22,4	21,3	1,1
Paraíba	João Pessoa	42.853	7,7	17,9	20,9	-3,0
Pernambuco	Jaboatão dos guararapes	42.809	8,7	17,7	27,7	-10,0
Bahia	Feira de Santana	36.787	8,7	25,9	33,1	-7,2
Maranhão	São Luís	35.355	4,6	16,5	17,0	-0,5
Pará	Belém	35.300	3,3	8,0	11,7	-3,7
Pernambuco	Caruaru	35.282	14,9	39,3	35,5	3,8
São Paulo	Guarulhos	35.190	3,8	9,8	18,2	-8,4
Alagoas	Arapiraca	33.833	21,9	54,7	56,3	-1,6
Paraíba	Campina grande	32.313	11,1	30,4	30,4	0,0
Goiás	Goiânia	31.935	3,1	10,7	14,3	-3,6
Rio de Janeiro	Duque de caxias	31.152	4,8	13,4	20,7	-7,3
Bahia	Vitória da Conquista	29.520	12,9	35,2	46,2	-11,0
Ceará	Caucaia	29.252	12,4	39,1	38,1	1,0
Paraná	Curitiba	29.227	2,1	5,1	9,1	-4,0
Sergipe	Aracaju	29.197	6,6	15,2	20,1	-4,9

Ceará	Juazeiro do Norte	28.464	15,7	45,7	46,0	-0,3
Rio de Janeiro	São Gonçalo	28.173	3,6	9,3	14,0	-4,7

Fonte: IBGE / DATASUS 2010

5.5 ANALFABETISMO POR GÊNERO E IDADE

Segundo o relatório de educação global da Unesco de 2022, 771 milhões de pessoas adultas ainda não foram alfabetizadas no mundo, e a maioria das pessoas que se encontram nessa situação são mulheres, cerca de 63%. Em países como Libéria, Mali e República Centro-Africana, há apenas 60 mulheres alfabetizadas a cada 100 homens. Além disso, 98 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos são analfabetas, sendo que 55% são mulheres.

Sobre o cenário brasileiro, considerando toda a população com mais de 15 anos, a taxa de alfabetização é de 93,4% sendo que a taxa de analfabetismo é maior em homens sendo de 6,9% do que em mulheres com 6,3%. Segundo a Unesco, a taxa de alfabetização no Brasil já chega a 99,2% entre as pessoas de 15 a 24 anos, e baixa a 78,5 % entre as que têm 65 anos ou mais.

Apesar de no Brasil, os homens apresentarem na média geral taxas de analfabetismo mais alta do que as das mulheres, quando analisamos o analfabetismo por faixa etária percebemos que a partir dos 60 anos o analfabetismo é predominante feminino, sendo que em 2010 homens apresentavam taxa de 24,9% enquanto as mulheres de 27,4% ambos na faixa etária de 60 anos ou mais. Já em 2019 essa questão se mantém presente, sendo que em relação à população analfabeta com 60 anos ou mais, 2.286.000 são homens, enquanto 2.943.000 são mulheres, sendo assim nessa faixa etária existem 657.000 mulheres analfabetas a mais do que homens.

Em relação à distribuição do analfabetismo feminino é possível notar que nas 5 regiões do Brasil, o analfabetismo é maior em homens na faixa etária de 15 a 59 anos, e a partir de 60 anos é predominante feminino. Algo que chama a atenção é que no Sudeste, no Sul e no Centro Oeste o número de mulheres idosas

analfabetas é tão elevado que torna a média de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais predominante feminina.

A região Sudeste é a localidade com maior discrepância de gênero em relação ao analfabetismo na terceira idade, visto que possui 501.000 homens analfabetos em comparação a 805.000 mulheres, ou seja é uma diferença de 304.000 pessoas. Em seguida temos o Nordeste com diferença de 183.000, após o Sul com diferença de 105.000, e o centro oeste com 51.000, e por fim o norte com a menor discrepância de 13.000.

O Nordeste tem a maior população analfabeta feminina acima de 60 anos, com 1.459.000 mulheres, em seguida a região Sudeste com 805.000, e a Região Sul com 271.000, após se encontra a Região Norte com 224.000, e por fim temos o Centro Oeste com 184.000.

Quando realizamos essa análise por unidades da federação brasileira, notamos que em 5 dos 27 estados, existem mais homens analfabetos do que mulheres na faixa de 60 anos, sendo eles Acre, Rio de Janeiro, Roraima, Paraíba e Ceará. E em alguns estados como o Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Rondônia na faixa etária de 40 anos ou mais existe uma predominância feminina no analfabetismo. Já na população de 15 a 18 anos o analfabetismo é baixo, principalmente entre as mulheres, porém o Espírito Santo, e São Paulo são os únicos estados em que o analfabetismo em mulheres é superior ao de homens nessa faixa etária.

Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais no Brasil em 2010 (em %)			
Grupo de idade	**Homem**	**Mulher**	**Diferença**
Total	**9,8**	**9,1**	**0,7**
De 15 a 29 anos	**3,6**	**1,9**	**1,7**
De 30 a 59 anos	**10,3**	**8,5**	**1,8**
Com 60 anos ou mais	**24,9**	**27,4**	**-2,8**

Fonte: Censo 2000 a 2010 IBGE

Pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, por sexo e grupo de idade iBGE/2019 (por mil pessoas)				
Grande Região	**Grupo de idade**	**Homem**	**Mulher**	**Diferença**

	De 15 anos a 17 anos	36	13	23
	De 18 anos a 24 anos	154	67	87
	De 25 anos a 39 anos	683	368	315
	De 40 anos ou 59 anos	1936	1568	368
	60 anos ou mais	2286	2943	-657
Brasil	Total - 15 anos ou mais	5095	4959	136
	De 15 anos a 17 anos	4	3	1
	De 18 anos a 24 anos	17	11	6
	De 25 anos a 39 anos	86	49	37
	De 40 anos ou 59 anos	185	147	38
	60 anos ou mais	211	224	-13
Norte	Total - 15 anos ou mais	503	434	69
	De 15 anos a 17 anos	22	4	18
	De 18 anos a 24 anos	83	27	56
	De 25 anos a 39 anos	426	224	202
	De 40 anos ou 59 anos	1211	946	265
	60 anos ou mais	1276	1459	-183
Nordeste	Total - 15 anos ou mais	3018	2660	358
	De 15 anos a 17 anos	4	4	0
	De 18 anos a 24 anos	33	21	12
	De 25 anos a 39 anos	108	59	49
	De 40 anos ou 59 anos	341	292	49
	60 anos ou mais	501	805	-304
Sudeste	Total - 15 anos ou mais	987	1181	-194
	De 15 anos a 17 anos	4	2	2
	De 18 anos a 24 anos	12	5	7
	De 25 anos a 39 anos	29	23	6
Sul				

	De 40 anos ou 59 anos	104	102	2
	60 anos ou mais	166	271	-105
	Total - 15 anos ou mais	315	403	-88
	De 15 anos a 17 anos	2	1	1
	De 18 anos a 24 anos	8	3	5
	De 25 anos a 39 anos	35	14	21
	De 40 anos ou 59 anos	94	80	14
	60 anos ou mais	133	184	-51
Centro-Oeste	Total - 15 anos ou mais	272	282	-10

Fonte: IBGE

A cidade que possui a maior taxa de analfabetismo feminino acima de 60 anos é a de Jacareacanga com uma taxa exorbitante de 93,7% e com uma enorme discrepância em relação aos homens da mesma idade que apresentam taxa de 43,9%. O município é conhecido pelo garimpo ilegal de ouro na região amazonica, e possui um dos piores IDH do Brasil estando na 5515° posição em 2010, ou seja entre os 50 IDH mais baixos do Brasil. E tem PIB per capita de 75.936,80. É uma cidade pequena com população estimada de 6.952 pessoas (dados do IBGE de 2021).

Em relação à incidência de estados vemos que os 30 municípios com as maiores taxas de analfabetismo feminino em mulheres acima de 60 anos se distribuem em 14 estados, com incidência de 7 vezes Minas Gerais, de 6 vezes o Piauí, de 4 vezes o Maranhão, já Bahia e Alagoas aparecem 2 vezes cada, enquanto Amazonas, Acre, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pará, Tocantins, Sergipe e Roraima aparecem apenas uma vez. Ou seja contempla as 5 regiões do Brasil, porém com maior predominância na região Nordeste.

Todos os 30 municípios dessa lista apresentam taxa de analfabetismo feminino maior do que a taxa masculina na faixa etária de 60 anos, sendo que o município com a maior discrepância é de Jacareacanga, seguido de Planalto da Serra com taxa de 46,7% para homens e de 85,4% para mulheres. Ademais, todas as cidades da lista são municípios pouco populosos sendo que a população varia de 3.040 pessoas em Sítio d'Abadia até 24.396 habitantes em Craíbas.

É interessante notar que apesar de apresentar altas taxas para a população feminina analfabeta acima de 60 anos, quando observamos a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais as taxas não são as maiores possíveis, indo de 16,2% em Planalto da Serra a 44,8% em Alagoinha do Piauí, ou seja são taxas medianas a altas, porém não são respectivas aos municípios que apresentam as maiores taxas de analfabetismo geral, como podemos observar os principais fatores que determinam esse fenômeno, seria que as cidades se encontram principalmente em zonas rurais, na região Nordeste, em cidades pequenas com poucos habitantes.

Cidades com maiores taxas de analfabetismo feminino na população acima de 60 anos DATASUS 2010						
Estado	**Município**	**População analfabeta com 15 anos ou mais de idade**	**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)**	**Taxa de analfabetismo da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)**		**Diferença entre homens e mulheres**
				Homem	**Mulher**	
Pará	Jacareacanga	1992	25,3	43,9	93,7	-49,8
Roraima	Uiramutã	1088	26,8	77,2	93,4	-16,2
Maranhão	Afonso Cunha	1268	34,5	72,8	92	-19,2
Piauí	Wall Ferraz	1093	35,5	76,3	91,8	-15,5
Piauí	Joca Marques	1380	38,7	75,6	91,6	-16
Minas Gerais	Ninheira	2697	37,2	79,6	91,5	-11,9
Goiás	Sítio d'Abadia	455	22,8	61,4	91,4	-30,0
Maranhão	Santana do Maranhão	2650	34,6	85,2	89,9	-4,7
Acre	Porto Walter	1615	34,9	78,5	89,8	-11,3
Piauí	Tamboril do Piauí	735	37,6	71,5	89,5	-18,0
Maranhão	Marajá do Sena	1866	38,3	60,6	89,1	-28,5
Piauí	Alagoinha do Piauí	2521	44,8	76,3	88,5	-12,2
Amazonas	Ipixuna	4929	40,2	83,1	87,5	-4,4
Minas Gerais	Novo Oriente de Minas	2299	30,9	63,6	87,0	-23,4
Maranhão	Belágua	1364	37,3	89,2	86,9	2,3
Piauí	Guaribas	950	32,7	59,6	86,4	-26,8
Tocantins	São Salvador do Tocantins	454	22,3	53,8	86,2	-32,4

Minas Gerais	Crisólita	1567	36,3	85	85,6	-0,6
Piauí	Paquetá	1317	42,9	71,5	85,5	-14
Alagoas	Branquinha	2667	40,0	78,6	85,5	-6,9
Mato Grosso	Planalto da Serra	320	16,2	46,7	85,4	-38,7
Minas Gerais	Angelândia	1406	26,2	56,4	85,3	-28,9
Paraná	Japurá	1272	29,8	60,9	85,2	-24,3
Alagoas	Craíbas	6405	41,5	71,7	84,9	-13,2
Minas Gerais	São João do Paraíso	4551	27,3	64,6	84,9	-20,3
Bahia	Maetinga	1745	32,6	57,8	84,6	-26,8
Sergipe	São Miguel do Aleixo	925	34,4	68,9	84,4	-15,5
Bahia	Caetanos	3036	29,3	63,8	84,4	-20,6
Minas Gerais	Águas Vermelhas	2632	28,5	59,4	84,4	-25
Minas Gerais	Padre Carvalho	1060	26,7	67,9	84,3	-16,4

5.6 ANALFABETISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Os municípios Água de São Pedro e São Caetano do Sul possuem o menor índice de analfabetismo do estado de São Paulo, ambos com 1,5%. E possuem ótimos IDH's, São Caetano do Sul é a cidade com o melhor IDH do Brasil, e Água de São Pedro está em segundo lugar. São Caetano tem o 48º maior PIB brasileiro, com uma população de 162.763 habitantes (estimativa IBGE/2021) além disso também possui ótimos índices educacionais. Já Água de São Pedro é uma cidade pequena, sendo o menor município de São Paulo em extensão, com apenas 3.451 habitantes (estimativa IBGE 2019) e é conhecida pelas águas hidrominerais medicinais.

As cidades de São Paulo com os menores índices de analfabetismo, são bem variadas e vão desde 3.451 habitantes (estimativa IBGE 2019) em Água de São Pedro até 12.396.372 na cidade de São Paulo (estimativa IBGE/2021).

Apesar de serem cidades que apresentam taxas baixas, por conta da alta população estão nos primeiros postos em relação as cidades com as maiores quantidades de pessoas analfabetas do estado de São Paulo ocupando as seguintes posições em 1° lugar São Paulo, (3°) Campinas, (5°) São Bernardo do

Campo, (6°) Santo André, (7°) Ribeirão Preto, (8°) São José dos Campos, (9°) Sorocaba, (12°) Mauá, (24°) Piracicaba, (25°) Bauru, (28°) Santos. Sendo que São Paulo está em 1° no ranking nacional.

Em apenas 1 município dos 30 que apresentam a menor taxa de analfabetismo, a quantidade de homens analfabetos acima de 60 anos ou mais é superior a de mulheres. E a maior discrepância entre homens e mulheres é a da cidade de Ribeirão Pires, onde a taxa para homens é de 6,9% enquanto a de mulheres é de 17,8% ambos na faixa etária de 60 anos ou mais.

Cidades com os menores índices de analfabetismo do estado de São Paulo DATASUS 2010						
Posição	**Município**	**População analfabeta com 15 anos ou mais de idade**	**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)**	**Taxa de analfabetismo da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)**		**Diferença entre homens e mulheres**
				Homem	**Mulher**	
1°	Águas de São Pedro	34	1,5	2,8	1,4	1,4
2°	São Caetano do Sul	1841	1,5	2,1	5,4	-3,3
3°	Santos	7509	2,2	2,8	5,3	-2,5
4°	Saltinho	130	2,3	6,1	10,6	-4,5
5°	Americana	4528	2,6	6,9	11,6	-4,7
6°	Cruzeiro	1652	2,7	7,1	11,9	-4,8
7°	Guaratinguetá	2386	2,7	7	9,8	-2,8
8°	Taubaté	6160	2,8	7	12,6	-5,6
9°	Vinhedo	1415	2,8	7,6	11,3	-3,7
10°	Jundiaí	8588	2,9	6,3	11,2	-4,9
11°	Piracicaba	8479	2,9	6,5	10	-3,5
12°	Santo André	15761	2,9	5,1	11,3	-6,2
13°	São Bernardo do campo	17760	2,9	6,7	11,8	-5,1
14°	São José dos Campos	14122	2,9	8	15,1	-7,1
15°	Sorocaba	13192	2,9	7,7	11,7	-4
16°	Aparecida	819	3	8,6	11	-2,4
17°	Bauru	8125	3	6,9	12,8	-5,9

18°	Franca	7522	3	8,2	14,6	-6,4
19°	Ribeirão Preto	14392	3	6,6	10,1	-3,5
20°	São José do Rio Preto	9989	3	7	13,2	-6,2
21°	Valinhos	2557	3	8,1	16	-7,9
22°	Indaiatuba	5008	3,1	8	16,8	-8,8
23°	Poá	2464	3,1	9,8	15,9	-6,1
24°	São Paulo	277325	3,1	6,2	10,8	-4,6
25°	Campinas	27883	3,2	6,9	12,8	-5,9
26°	Paulínia	2048	3,2	10,5	18,1	-7,6
27°	Ribeirão Pires	2886	3,2	6,9	17,8	-10,9
28°	Araraquara	5583	3,3	6,9	13,1	-6,2
29°	Rio Claro	4914	3,3	7,9	10,6	-2,7
30°	Iracemápolis	535	3,4	8,8	17,2	-8,4

Fonte: DATASUS E IBGE 2010

Itaóca é a cidade do estado de São Paulo com o maior índice de analfabetismo, com 17,9% de analfabetos com 15 anos ou mais, com uma população de 3.332 habitantes (estimativa IBGE/2021). Em relação ao IDH do município, em 2010 era de 0,680 ocupando a 2439º posição de 5565º, portanto é um IDH médio não sendo um indicador baixo, em relação ao PIB per capita é de R$ 14.568,16, ou seja em comparação com os municípios que possuem os piores índices do Brasil está em posição bem mais privilegiada.

As cidades da tabela são apenas cidades pequenas que variam de 1.755 habitantes em Arco-Íris a 16.896 habitantes em Guapiara, ambos os dados são do Censo do IBGE de 2021, e em decorrência disso a quantidade de pessoas analfabetas é baixa em comparação a cidades mais populosas e com índices baixos, por exemplo São Caetano do Sul com taxa de 1,5% apresenta quantidade total de analfabetos superior a todas as cidades dessa lista com 1841 analfabetos contra 1642 analfabetos em Guapiara. Em todas as 30 cidades o índice de analfabetismo em mulheres é superior ao de homens, ambos com 60 anos ou mais. E a maior discrepância é a de Guapiara, sendo que homens idosos apresentam taxa de 22,3% enquanto mulheres idosas 44,2%. E Itaóca é o município que apresenta a maior taxa de analfabetismo para mulheres idosas do estado de São Paulo.

Cidades com os maiores índices de analfabetismo do estado de São Paulo DATASUS 2010

Posição	Município	População analfabeta com 15 anos ou mais de idade	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)	Taxa de analfabetismo da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)		Diferença entre homens e mulheres
				Homem	Mulher	
1°	Itaóca	430	17,9	44,2	65,6	-21,4
2°	Natividade da Serra	907	17,4	30,7	52,6	-21,9
3°	Barra do Turvo	938	17,3	42	56,6	-14,6
4°	Arco-Íris	239	15,3	46,3	50,6	-4,3
5°	Nantes	293	14,5	58,1	60,4	-2,3
6°	Tejupá	506	14,5	23,3	48,6	-25,3
7°	Aparecida D'oeste	506	14,1	32,9	49,2	-16,3
8°	Populina	470	13,8	35,1	45,2	-10,1
9°	Queiroz	285	13,8	45,6	64,8	-19,2
10°	Álvaro de Carvalho	338	13,7	30,8	45,7	-14,9
11°	Dobrada	815	13,7	35,1	40,5	-5,4
12°	Euclides da Cunha Paulista	969	13,7	36,8	57,9	-21,1
13°	Ouro Verde	821	13,7	41	42	-1
14°	Riversul	640	13,7	26,7	41,6	-14,9
15°	Vitória Brasil	188	13,3	47,6	49,2	-1,6
16°	Flora Rica	185	13	31,8	42,3	-10,5
17°	Sagres	244	13	41	47,7	-6,7
18°	Sandovalina	357	13	38,9	64,9	-26
19°	Caiabu	419	12,9	29,8	56,9	-27,1
20°	Ribeira	319	12,9	28,9	37,3	-8,4
21°	Riolândia	924	12,9	35,5	24,7	10,8
22°	Suzanápolis	339	12,8	39	42	-3
23°	Dirce Reis	178	12,7	30,8	37,3	-6,5
24°	Itapirapuã Paulista	340	12,7	35,5	51,2	-15,7
25°	Pracinha	150	12,6	27,7	47	-19,3
26°	Guapiara	1642	12,5	22,3	44,2	-21,9

27°	Guzolândia	455	12,5	31,8	49,3	-17,5
28°	Pedra Bela	571	12,5	23,9	44	-20,1
29°	Pontes Gestal	252	12,5	31,4	40,3	-8,9
30°	Santo Expedito	282	12,5	29,6	40,8	-11,2

Fonte: DATASUS E IBGE 2010

Itaóca é a cidade com maior índice de analfabetismo feminino da população com 60 anos ou mais, com taxa de 65,6%. Podemos perceber que todas as cidades dessa lista são cidades pouco populosas, com populações que variam de 839 habitantes em Borá a 31.844 habitantes em Juquitiba, dados do IBGE/2021. E em todas as 30 cidades dessa lista a taxa de analfabetismo de mulheres idosas é superior a de homens idosos, sendo a maior discrepância a de Borá onde homens apresentam taxa de 16,7% enquanto as mulheres possuem taxa de 57,4%.

Apesar do que aparenta, é mais fácil solucionar o analfabetismo em cidades pequenas pois afinal a população é menor, então por exemplo em Borá em 2010 tínhamos 59 pessoas analfabetas, se criarmos duas turmas no município com 25 alunos cada, atingimos 50 pessoas e praticamente erradicamos o analfabetismo no local, e diminuímos a taxa de analfabetismo das mulheres idosas de 57,4% para uma taxa inferior a 5% e isso afeta muito o local e melhora a qualidade de vida de diversas pessoas, porém não modifica em quase nada a taxa nacional de analfabetismo, e por isso, por vezes programas de analfabetismo apresentam índices baixos, pois estão concentrados em cidades com alto índice de analfabetismo que em sua maioria são cidades pouco populosas.

Cidades com os maiores índices de analfabetismo feminino com 60 anos ou mais do estado de São Paulo DATASUS 2010						
Posição	**Município**	**População analfabeta com 15 anos ou mais de idade**	**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)**	**Taxa de analfabetismo da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)**		**Diferença entre homens e mulheres**
				Homem	**Mulher**	
1°	Itaóca	430	17,9	44,2	65,6	-21,4
2°	Sandovalina	357	13	38,9	64,9	-26
3°	Queiroz	285	13,8	45,6	64,8	-19,2
4°	Nantes	293	14,5	58,1	60,4	-2,3
5°	Euclides da Cunha Paulista	969	13,7	36,8	57,9	-21,1

6°	Borá	59	9	16,7	57,4	-40,7
7°	Caiabu	419	12,9	29,8	56,9	-27,1
8°	Barra do Turvo	938	17,3	42	56,6	-14,6
9°	Taquarivaí	365	9,9	34,8	56,4	-21,6
10°	Cajati	1884	9,3	28,4	55,2	-26,8
11°	Areiópolis	912	11,5	33,9	53,5	-19,6
12°	Ribeirão Grande	662	11,8	29,7	53	-23,3
13°	Júlio Mesquita	393	11,7	22,8	52,8	-30
14°	Natividade da Serra	907	17,4	30,7	52,6	-21,9
15°	Itapirapuã Paulista	340	12,7	35,5	51,2	-15,7
16°	Rubiácea	206	9,8	31,9	50,9	-19
17°	Presidente Alves	398	12,1	29,6	50,6	-21
18°	Arco-íris	239	15,3	46,3	50,6	-4,3
19°	Piacatu	453	11,1	29,2	50,5	-21,3
20°	Nova Castilho	89	10,1	25,6	50	-24,4
21°	Itapura	387	11,8	31,6	49,6	-18
22°	Guzolândia	455	12,5	31,8	49,3	-17,5
23°	Aparecida D'oeste	506	14,1	32,9	49,2	-16,3
24°	Vitória Brasil	188	13,3	47,6	49,2	-1,6
25°	Nova Luzitânia	306	11,3	36,7	48,9	-12,2
26°	Piquerobi	350	12,4	35,9	48,8	-12,9
27°	Tejupá	506	14,5	23,3	48,6	-25,3
28°	Nova Campina	658	11,1	22	48,5	-26,5
29°	Taquaral	207	9,8	24,4	48,5	-24,1
30°	Juquitiba	2087	10	35,7	48,2	-12,5

Fonte: DATASUS E IBGE 2010

Borá é o município com maior discrepância de analfabetismo entre o gênero feminino e masculino na população com 60 anos ou mais. Novamente as cidades dessa lista são pouco populosas, com populações que variam de 839 habitantes em Borá a 28.441 habitantes em Cajati, dados do IBGE/ 2021. Esse dado é importante pois vemos um padrão

em cidades pequenas, onde por vezes o papel social da mulher ainda se restringe às tarefas domésticas enquanto os homens trabalham fora, e esse reflexo se encontra na discrepância do analfabetismo.

Cidades com a maior discrepância de analfabetismo entre homens e mulheres com 60 anos ou mais do estado de São Paulo DATASUS 2010						
Posição	**Município**	**População analfabeta com 15 anos ou mais de idade**	**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)**	**Taxa de analfabetismo da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)**		**Diferença entre homens e mulheres**
				Homem	**Mulher**	
1°	Borá	59	9	16,7	57,4	-40,7
2°	Júlio Mesquita	393	11,7	22,8	52,8	-30
3°	Taguaí	661	8	16,3	44,8	-28,5
4°	Caiabu	419	12,9	29,8	56,9	-27,1
5°	Cajati	1884	9,3	28,4	55,2	-26,8
6°	Nova Campina	658	11,1	22	48,5	-26,5
7°	Sandovalina	357	13	38,9	64,9	-26
8°	Florínia	203	9,1	13,1	39,1	-26
9°	Tejupá	506	14,5	23,3	48,6	-25,3
10°	Nova Castilho	89	10,1	25,6	50	-24,4
11°	Igaratá	693	10,4	23,6	47,8	-24,2
12°	Espírito Santo do Turvo	296	9,4	19,9	44	-24,1
13°	Taquaral	207	9,8	24,4	48,5	-24,1
14°	Severínia	1057	9	19,9	43,4	-23,5
15°	Elisiário	280	11	24,1	47,6	-23,5
16°	Ribeirão Grande	662	11,8	29,7	53	-23,3
17°	Santa Ernestina	314	7,3	20,2	43,1	-22,9
18°	Palmares Paulista	741	8,8	18,8	41,5	-22,7
19°	Itatinga	958	7,2	11	33,3	-22,3
20°	Guapiara	1642	12,5	22,3	44,2	-21,9
21°	Natividade da Serra	907	17,4	30,7	52,6	-21,9

22°	Itaporanga	1260	11,5	23,1	45	-21,9
23°	Flórida Paulista	872	9,6	20,4	42,2	-21,8
24°	Taquarivaí	365	9,9	34,8	56,4	-21,6
25°	Pongaí	275	9,6	13,6	35,1	-21,5
26°	Itaóca	430	17,9	44,2	65,6	-21,4
27°	Piacatu	453	11,1	29,2	50,5	-21,3
28°	Adolfo	224	7,8	15,6	36,9	-21,3
29°	Euclides da Cunha Paulista	969	13,7	36,8	57,9	-21,1
30°	Vargem	707	10,3	23,9	44,9	-21

Fonte: DATASUS E IBGE 2010

O estado de São Paulo tem 46.649.132 habitantes segundo estimativa do IBGE em 2021. Sendo que 51,34% da população são mulheres e 48,66% são homens. E 4,12% da população se encontra na área rural, totalizando 1.699.926 pessoas. São Paulo é a cidade com a maior quantidade de pessoas analfabetas do estado de São Paulo e inclusive do Brasil, com 277.325 pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler. São Paulo também é a cidade mais populosa do Brasil, o que influencia em sua posição.

Porém apesar das cidades listadas aqui serem extremamente populosas não são necessariamente as cidades mais populosas do estado de São Paulo, nesse ranking se localizam da seguinte maneira em 1° São Paulo, 2°Guarulhos, 3° Campinas, 4° São Bernardo do Campo, 5° São José dos Campos, 6° Santo André, 7° Ribeirão Preto, 8° Osasco, 9° Sorocaba, 10° Mauá, 11° São José do Rio Preto, 12° Mogi das Cruzes, 13° Santos, 14° Diadema, 15° Jundiaí, 16° Piracicaba, 17° Carapicuíba, 18° Bauru, 19° Itaquaquecetuba, 20° São Vicente, 21° Franca 22° Praia Grande, 23° Guarujá, 26° Taubaté, 27° Limeira, 28° Suzano, 29° Taboão da Será, 30° Sumaré.

Nos 30 municípios a taxa de analfabetismo feminino da população idosa é superior a de homens. Sendo que a maior discrepância é do município de Francisco Morato, onde homens apresentam taxa de 18,8% enquanto as mulheres 33,0% ambos com 60 anos ou mais de idade. Outro ponto interessante, é que nessa lista encontram-se cidades com PIB extremamente alto e cidades com PIB relativamente baixo.

Cidades com a maior quantidade de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais do estado de são Paulo DATASUS 2010					
Posiçã	**Município**	**População**		**Taxa de analfabetismo**	**Diferença**

o		analfabeta com 15 anos ou mais de idade	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)	da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)		entre homens e mulheres
				Homem	Mulher	
1°	São Paulo	277325	3,1	6,2	10,8	-4,6
2°	Guarulhos	35190	3,8	9,8	18,2	-8,4
3°	Campinas	27883	3,2	6,9	12,8	-5,9
4°	Osasco	18709	3,6	8,4	15,9	-7,5
5°	São Bernardo do Campo	17760	2,9	6,7	11,8	-5,1
6°	Santo André	15761	2,9	5,1	11,3	-6,2
7°	Ribeirão Preto	14392	3,0	6,6	10,1	-3,5
8°	São José dos Campos	14122	2,9	8,0	15,1	-7,1
9°	Sorocaba	13192	2,9	7,7	11,7	-4,0
10°	Carapicuíba	12643	4,5	13,1	20,5	-7,4
11°	Itaquaquecetuba	12514	5,4	16,8	26,5	-9,7
12°	Mauá	12433	3,9	11,4	20,3	-8,9
13°	Diadema	12133	4,1	12,5	23,3	-10,8
14°	Mogi das cruzes	10900	3,7	8,6	17,2	-8,6
15°	Guarujá	10818	4,9	15,2	17,6	-2,4
16°	São Vicente	10167	4,0	9,1	13,3	-4,2
17°	São José do Rio Preto	9989	3,0	7,0	13,2	-6,2
18°	Suzano	9615	4,9	14	22,7	-8,7
19°	Sumaré	8879	4,8	15,6	28,8	-13,2
20°	Limeira	8768	4,0	10,4	18,9	-8,5
21°	Jundiaí	8588	2,9	6,3	11,2	-4,9
22°	Embu das Artes	8501	4,8	15,4	26,4	-11,0
23°	Itapevi	8480	5,8	19	29,0	-10,0
24°	Piracicaba	8479	2,9	6,5	10,0	-3,5
25°	Bauru	8125	3 0	6,9	12,8	-5,9
26°	Praia Grande	7970	4,0	8,1	10,3	-2,2

27°	Franca	7522	3,0	8,2	14,6	-6,4
28°	Santos	7509	2,2	2,8	5,3	-2,5
29°	Barueri	7485	4,1	10,9	21,6	-10,7
30°	Francisco Morato	7028	6,3	18,8	33,0	-14,2

Fonte: DATASUS E IBGE 2010

5.7 ANALFABETISMO NO ABC

A região do ABC Paulista se localiza na zona Sudeste da Grande São Paulo e é conhecida como uma área industrial, que faz parte da região metropolitana de São Paulo. Ao todo possui mais de 2.773.039 habitantes (BGE/2021). E segundo dados do IBGE de 2010 soma mais de 64.288 analfabetos, O município que possui a maior quantidade de pessoas analfabetas é o de São Bernardo do Campo com 17.760 analfabetos sendo o município mais populoso da região do ABC. Já o município com a menor quantidade de pessoas analfabetas é Rio Grande da Serra que possui respectivamente a menor população da região do ABC, com 1.474 pessoas analfabetas. Porém Ribeirão Pires possui menos habitantes do que São Caetano do Sul e ainda assim apresenta maior quantidade de pessoas analfabetas. Portanto esse ranking não é respectivo a maior população e sofre influência de fatores sociais.

Já quando analisamos os dados partindo da faixa etária de 60 anos ou mais, vemos que em todos os 7 municípios a quantidade de mulheres analfabetas nessa faixa etária é maior do que a de homens. Sendo que a maior discrepância de gênero se encontra em Ribeirão Pires, Diadema e Rio Grande da Serra, que são as regiões mais afastadas, apesar de Diadema ser um importante centro industrial não é tão desenvolvido quanto suas regiões vizinhas, já Ribeirão Pires é uma cidade turística da qual não é muito industrializada, e Rio Grande da Serra também possui uma grande área verde e seu processo de urbanização é relativamente recente. Em decorrência disso, a população com 60 anos ou mais analfabeta na região do ABC soma 29.826 e se referindo somente as mulheres totalizam 21.517, ou seja é quase três vezes maior que a de homens 8.309.

Taxas de analfabetismo na região do ABC Paulista DATASUS 2010				
Município	**População analfabeta com 15 anos ou mais de idade**	**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%)**	**Taxa de analfabetismo da população de 60 à 69, 70 à 79, 80 e mais (%)**	**Diferença entre homens e mulheres**

			Homem	Mulher	
Diadema	12133	4,1	12,5	23,3	-10,8
Mauá	12433	3,9	11,4	20,3	-8,9
Ribeirão Pires	2886	3,2	6,9	17,8	-10,9
Rio Grande da Serra	1474	4,5	12,9	23,3	-10,4
Santo André	15761	2,9	5,1	11,3	-6,2
São Bernardo do Campo	17760	2,9	6,7	11,8	-5,1
São Caetano do Sul	1841	1,5	2,1	5,4	-3,3

Fonte: DATASUS E IBGE 2010

A população idosa nessa região é predominante feminina, porém esse fenômeno ocorre a partir dos 40 anos, e conforme aumenta a idade, a taxa de analfabetismo aumenta também, sendo que na faixa etária de 80 anos ou mais no município de Diadema é onde possui a maior discrepância, sendo que homens nessa faixa etária apresentam taxa de 16,9% enquanto as mulheres 41,5%.

Taxas de analfabetismo por faixa etária na região do ABC Paulista DATASUS 2010								
Faixa etária	**Gênero/ município**	**Diadema**	**Mauá**	**Ribeirão Pires**	**Rio Grande da Serra**	**Santo André**	**São Bernardo do Campo**	**São Caetano do Sul**
15 a 24 anos	Homem	0,6	0,7	1,1	0,9	0,9	0,9	0,5
	Mulher	0,6	0,8	0,3	0,2	0,5	0,6	0,1
	Diferença	0	-0,1	0,8	0,7	0,4	0,3	0,4
25 a 39 anos	Homem	1,6	1,9	1,2	2,8	1,6	1,5	0,3
	Mulher	1,2	1,4	0,5	1,4	1,3	1,1	0,6
	Diferença	0,4	0,5	0,7	1,4	0,3	0,4	-0,3
40 a 59 anos	Homem	4,6	3,9	3,1	4,9	2,3	2,9	1
	Mulher	5,8	5,1	3,2	6,5	2,8	3,8	1,2
	Diferença	-1,2	-1,2	-0,1	-1,6	-0,5	-0,9	-0,2
60 a 69 anos	Homem	10,2	9,6	5,8	13,5	3,9	6,2	2,2
	Mulher	17,3	14,5	11,7	17,7	7,4	7,6	2,1
	Diferença	-7,1	-4,9	-5,9	-4,2	-3,5	-1,4	0,1

70 a 79 anos	Homem	17,1	11,2	8,3	6,8	6	5,4	2,1
	Mulher	29,3	26,5	28,9	31,1	10,9	14,2	5,9
	Diferença	-12,2	-15,3	-20,6	-24,3	-4,9	-8,8	-3,8
80 anos ou mais	Homem	16,9	25,2	9,5	34,9	9,1	14,6	2
	Mulher	41,5	37	21,6	35,1	24	24,5	11,8
	Diferença	-24,6	-11,8	-12,1	-0,2	-14,9	-9,9	-9,8

Fonte: DATASUS E IBGE 2010

6. DISCUSSÃO

Embora existam programas para superar o analfabetismo, eles não têm dado conta de cumprir com essa missão, entre os principais programas temos:

- EJA: a Educação de Jovens e Adultos busca a conclusão da educação formal, desde o 1° ano do Fundamental ao 3° ano do ensino médio, sendo que cada módulo dura 6 meses, com aulas de segunda à sexta-feira com quatro horas por dia.
- CEEJA: Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos também busca a conclusão da educação formal, mas com presença flexível, os estudos são feitos em casa e o aluno decide os dias em que frequenta a escola, e também realiza avaliações presenciais.
- PBA: O Programa Brasil Alfabetizado, visa alfabetizar jovens, adultos e idosos, que por algum motivo, encontram dificuldades em acompanhar o regime regular de aulas do EJA. Para isso, são transferidos recursos às secretarias de educação do Distrito Federal e dos estados às prefeituras municipais para apoiar as ações ligadas ao processo de alfabetização. Além disso, são pagas bolsas aos voluntários que atuam na alfabetização dos jovens, adultos e idosos.

De acordo com dados do IBGE de 2019. 51,1% da população brasileira acima de 15 anos não concluiu o ensino médio, sendo que 38,6% das pessoas não terminaram nem o fundamental. São mais de 72 milhões de adultos que poderiam continuar seus estudos pela Educação de Jovens e Adultos.

Os atuais programas educacionais não suprem as demandas do público idoso. Em relação ao EJA, a sua estrutura curricular é baseada no que o aluno não viu durante a juventude, por não ter frequentado a escola na idade correta, portanto tem um currículo infantilizado, com metodologias inadequadas, visto que muitas vezes o professor não está preparado para atender as peculiaridades desse público, principalmente aos idosos, que por vezes apresentam maior dificuldades e não recebem o suporte necessário para conseguir acompanhar as aulas e assimilar o conteúdo.

Outro ponto, é que muitas vezes os idosos precisam trabalhar, cuidar dos netos, e lidar com outras obrigações do dia a dia e por conta disso não conseguem conciliar aulas diárias com quatro horas de duração. Apesar do tempo de conclusão do EJA, ser mais rápido do que o do ensino regular, sendo que o ensino fundamental pode ser concluído em dois anos, enquanto o ensino médio em um ano e meio, totalizando 3 anos e meio para iniciar e concluir o EJA a partir do primeiro ciclo, ainda é um período longo que por vezes não se encaixa na realidade de algumas pessoas, além disso, as inscrições para o EJA acontecem duas vezes por ano, e cada município tem um cronograma próprio, então caso perca as inscrições só é possível entrar no próximo semestre. Portanto são necessárias alternativas mais flexíveis.

A pandemia intensificou os desafios para a educação do Brasil, inclusive para os alunos do EJA, que tiveram seus estudos interrompidos e lidaram com o afastamento das salas de aula, e com a escassez de recursos tecnológicos, o que resultou no aumento da evasão. O número de matrículas no EJA já vinha diminuindo há alguns anos, considerando o número de matrículas do ensino público e privado do EJA, em 2017 tinha 3.598.716 matrículas, em 2018 3.545.988, em 2019 3.273.668, em 2020 3.002.749 e em 2021 2.962.322 (Censo Escolar/2021). Ou seja, em 2020 tivemos uma redução de 270.919 matrículas em comparação a 2019, e em 2021 queda de 40.427 matrículas em comparação a 2020.

Desde 2012, o orçamento federal dedicado a essa modalidade despencou de R$ 1,8 bilhão para R$ 8 milhões. Só durante a pandemia, segundo a Comissão Externa de Acompanhamento dos Trabalhos do MEC, os recursos destinados à alfabetização de jovens e adultos caíram 70% em 2020 e 67% em 2021.

Apesar disso, por conta da pandemia surgiu uma nova modalidade no EJA, o EJA a distância, onde o estudante acessa o conteúdo do curso por uma plataforma na

internet. E realiza uma prova final presencialmente, para obter o certificado de conclusão. Essa modalidade pode ser uma ótima alternativa para pessoas que não possuem a disponibilidade diária de 4 horas para frequentar o EJA regular, possibilita maior flexibilidade de horário para as pessoas que trabalham, diminui gastos com deslocamento até as escolas, e também inclui pais e mães que não tinham com quem deixar as crianças para frequentar às aulas presenciais.

Na tabela podemos observar que a participação da população acima de 40 anos no EJA é baixa tendo como média nacional no ensino fundamental 28,6% dos estudantes e no ensino médio a participação é ainda menor sendo de apenas 14,3% dos estudantes.

Em 2019 tinham 776.000 estudantes no EJA do ensino fundamental, e 778.000 no EJA do ensino médio, e desses 222.000 e 111.000 são, respectivamente, pessoas com 40 anos ou mais. A questão de gênero no EJA é bastante equilibrada, mas por pouca diferença as mulheres são maioria no EJA sendo que, no EJA do ensino fundamental são 50,9% e no EJA do ensino médio são 51,8%

Quando analisamos esses dados por região do Brasil, vemos que a maior participação do público com 40 anos ou mais no EJA se encontra na região Sudeste que é de 36,7% no ensino fundamental e de 18,2% no ensino médio, seguida pelo Centro Oeste com 29,4% no ensino fundamental e 14,4% no ensino médio, já no Nordeste é de 28,3% no ensino fundamental e de 11,5% no ensino médio, enquanto no Sul do país são 21,8% para o ensino fundamental e 13,4% para o ensino, e por fim no Norte a participação é de 17,9% no EJA do ensino fundamental, e 11,3% no EJA do ensino médio.

O CEEJA diferente do EJA traz maior flexibilidade, desde antes da pandemia, porém prevê um estudo individual autônomo, que não condiz com a realidade do estudante analfabeto que precisa de mais auxílio para a alfabetização. Portanto o ideal seria fazer um programa específico para a terceira idade, buscando a alfabetização por meio de uma carga horária menor e mais flexível que se encaixe no estilo de vida dessas pessoas.

Estudantes na Educação de Jovens e Adultos, por nível do curso e grupo de idade IBGE/2019			
Grande Região	**Grupo de idade**	**EJA do ensino fundamental**	**EJA do ensino médio**

Brasil	Até 24 anos	51,6	52,8
	25 a 39 anos	19,9	32,9
	40 anos ou mais	28,6	14,3
Norte	Até 24 anos	63,1	56,7
	25 a 39 anos	19	32
	40 anos ou mais	17,9	11,3
Nordeste	Até 24 anos	53,6	56
	25 a 39 anos	18,1	32,6
	40 anos ou mais	28,3	11,5
Sudeste	Até 24 anos	38,4	50,4
	25 a 39 anos	24,9	31,4
	40 anos ou mais	36,7	18,2
Sul	Até 24 anos	60	47,6
	25 a 39 anos	18,2	39
	40 anos ou mais	21,8	13,4
Centro-Oeste	Até 24 anos	55,1	54,8
	25 a 39 anos	15,6	30,8
	40 anos ou mais	29,4	14,4

Fonte: IBGE

O Programa Brasil Alfabetizado, é um programa de repasse de verba específico para a alfabetização, porém para participar do programa a iniciativa parte do município que deve demonstrar interesse em participar das etapas de seleção e se contemplado se inicia o ciclo do programa.

O Programa Brasil Alfabetizado atendeu cerca de 14,7 milhões de jovens e adultos entre 2003 e 2012. Em 2012, cerca de 1 milhão e 200 mil alfabetizandos foram atendidos. No entanto, o atendimento no PBA passou a diminuir a partir de 2013, quando abriu vagas para 1.113.450 alfabetizandos. Em 2014, o número de vagas caiu para 718.961 e em 2015, com execução em 2016, despencou para 168 mil atendidos. Em 2017, foram apoiadas 200 mil vagas de alfabetização de jovens e

adultos em 22 estados e no Distrito Federal, o que totaliza, aproximadamente, 20 mil turmas.

O projeto teve uma pausa, e retornou recentemente, sendo que para o ano de 2023 o MEC definiu como meta a participação de 542.735 alfabetizando que serão distribuídos em 967 municípios por todo o Brasil. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, segundo eles 90% localizam-se na região Nordeste.

As aulas do programa ocorrem em escolas estaduais e/ou municipais, com carga horária semanal de 10 horas, sendo um horário mais flexível possibilitando maior inclusão. A duração do curso pode ser desde seis meses com 240 horas de aula; a sete meses e 280 horas de aula; ou oito meses e 320 horas de aula. Sendo que o número de alfabetizandos por turma varia, na área rural vai de 7 a 25 alunos, e na área urbana vai de 14 a 25, podendo ter no máximo até 3 pessoas com deficiência por turma.

Os alfabetizadores devem ser preferencialmente professores da rede pública, porém qualquer cidadão com ensino médio completo que realizar o curso de formação do PBA pode se tornar um alfabetizador do programa, sendo que são pagas bolsas aos alfabetizadores, que variam de R$ 400,00 (uma turma) á R$ 600,00 (duas turmas) sendo que se essas turmas forem compostas por população carcerária ou em cumprimento de medida socioeducativa o valor sobre para R$ 500,00 (uma turma) e R$ 750,00 (duas turmas). Já para ser Alfabetizador-coordenador de cinco a nove turmas o valor é de R$ 600,00 e se pelo menos duas dessas turmas forem formadas por população carcerária ou em cumprimento de medida socioeducativa o valor aumenta para R$ 800,00. E também existem vagas de tradutores intérpretes de Libras, que variam de R$ 400,00 (uma turma) a R$ 600,00 (duas turmas). Sendo que, esses valores são referentes ao ano de 2023, anteriormente os valores das bolsas eram menores.

Quando comparamos o valor das bolsas de R$ 400,00 mensais, para trabalhar 10 horas semanais com 1 turma, portanto 40 horas mensais, temos um valor de R$ 10,00 cada hora de aula, ou seja é menos da metade do valor previsto para um professor concursado do ensino fundamental, por exemplo, que recebe por volta de R$ 23,43 por hora. Portanto é um valor simbólico e em decorrência disso a adesão de professores deve ser baixa. Vale ressaltar que antigamente não se pagava

bolsas aos alfabetizadores, era um trabalho voluntário. E caso não tenha adesão dos professores, são os cidadãos de nível médio que realizaram o curso do PBA de 30 horas que dão as aulas, mas essas pessoas, afinal estão capacitadas para alfabetizar, ou para coordenar a alfabetização das turmas? Isso traz à tona a qualidade do ensino, e se o impacto do programa é realmente efetivo.

Desde o seu lançamento em 2003 até 2016, estima-se que foram gastos mais de R$ 2 bilhões para atender cerca de 14 milhões de pessoas, o que daria uma média de R$ 142,00 por pessoa. Apesar disso, os indicadores de analfabetismo referentes aos anos de execução do PBA sofreram pouco impacto, sendo que a taxa média de alfabetização é de 50%, e somente 7% dos alfabetizandos continuam na EJA. Não adianta apenas investir em educação, é necessário investir em educação de qualidade.

Em decorrência disso, o PBA foi reformulado e agora está atuando com um projeto piloto, em 16 municípios de Alagoas, com 322 turmas, e investimento inicial total de R$ 637.560,00, sendo que o investimento inicial por turma foi de R $1.980,00. Visando o aperfeiçoamento do programa para então aplica-lo em escala com maior efetividade, economia e eficiência.

O lema do programa é "Nenhum brasileiro para trás" porém usam como critério de atendimento municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% e segundo eles 90% destes localizam-se na região Nordeste. Principalmente no Alagoas que apresenta a maior taxa de analfabetismo do Brasil, de acordo com o censo do IBGE de 2019, com 17,1% da população acima de 15 anos ou mais analfabeta, somando mais de 407.000 pessoas que não sabem ler e escrever. Contudo, ao analisar os estados com a maior população de analfabetos percebemos que a Bahia está em primeiro lugar com 1.387.000 ou seja a quantidade é três vezes maior do que a de Alagoas.

Quando analisamos o ranking dos estados com a maior quantidade de pessoas não alfabetizadas, vemos que o Alagoas está em nona posição, e na frente dele se encontra estados como São Paulo por exemplo, que está em terceiro lugar no ranking, com mais de 890.000 pessoas analfabetas, correspondendo a 2,6% da população analfabeta de 15 anos ou mais do estado, portanto não podemos usar como indicadores apenas as taxas de analfabetismo, uma vez que não representam os números absolutos de analfabetos, e isso pode mascarar dados importantes,

sendo que, para combater o analfabetismo temos que contemplar todas as realidades.

7. CONCLUSÃO

Se vê necessário programas de combate ao analfabetismo em todo o Brasil, inclusive no estado de São Paulo, que tem mais de 890.000 analfabetos. Sendo que a região do ABC Paulista tem grande demanda por parte da população para a realização de atividades de educação formal. De acordo com a pesquisa do DATASUS de 2010, a taxa de analfabetismo entre a população feminina com 60 anos ou mais, corresponde a 23,3% em Diadema e Rio Grande da Serra, já em em Mauá é de 20,3%, e 17,8% em Ribeirão Pires, enquanto Santo André e São Bernardo do campo apresentam percentuais mais baixos sendo 11,3% e 11,8% respectivamente. E por fim São Caetano do Sul com apenas 5,4%

Em algumas cidades do ABC Paulista, existe uma grande discrepância nas taxas de analfabetismo entre homens e mulheres da terceira idade. Sendo o dado mais gritante o da faixa etária de 70 a 79 anos na cidade de Ribeirão Pires, onde mulheres apresentaram taxa de analfabetismo 248,1% maior em comparação a homens do mesmo grupo etário.

Portanto o projeto se iniciará na região do ABC Paulista, e iremos testar diferentes modelos, criando turmas para a população analfabeta geral (tanto homens, como mulheres de qualquer idade), turmas para idosos (homens e mulheres a partir de 60 anos) e turmas exclusiva para mulheres adultas e idosas (mulheres a partir de 40 anos). As turmas terão no máximo 25 alunos, e terão data prevista para iniciar, mas se surgirem novas pessoas interessadas no curso podem entrar na turma a qualquer momento do ano, para reduzir desistências.

Em relação às aulas também serão diferentes modelos, seguindo 10 horas semanais distribuídas em 2 horas durante 5 dias na semana durante 6 meses, ou 10 horas semanais sendo 3h20 durante 3 dias na semana durante 6 meses, ou 10 horas semanais sendo 4 horas no sábado e no domingo, durante 8 meses, ou 20 horas semanais sendo 4 horas por dia durante 3 meses. Serão disponibilizados formulários para saber qual seria o melhor modelo e horário, e seguindo as respostas mais frequentes vamos definir alguns modelos e aplica-los.

As turmas atendem a diferentes públicos, e foram divididas dessa forma, pois o analfabetismo é majoritário na população idosa, portanto precisamos de projetos específicos para esse grupo, criando um espaço de troca, criação de vínculos e inclusão. Por vezes, a população idosa se sente solitária, seja pelo abandono familiar, viuvez ou aposentadoria, lidando com a sensação de perda de utilidade social, podendo desencadear depressão, que traz como consequência diversos malefícios, como o desenvolvimento de outras doenças. Portanto, além de ser um espaço educativo também espera-se que possa vir a ser um núcleo social funcional, para os idosos. Principalmente para as turmas dedicadas a mulheres, onde vamos trabalhar pautas sobre feminismo e questões de gênero.

Além das aulas, espera-se criar uma sala de acolhimento para as crianças de até 12 anos, filhos ou netos dos estudantes que não tem onde ficar no horário. Outro ponto importante é pensar na acuidade visual dos estudantes, existe um projeto denominado Olhar Brasil que tem como objetivo, identificar problemas visuais, em alunos do programa Brasil Alfabetizado que tenham mais de 60 anos de idade, prestando assistência oftalmológica com o fornecimento de óculos nos casos de detecção de erros de refração. Propiciando assim, condições de saúde ocular favoráveis ao aprendizado do público alvo melhorando o rendimento escolar e a qualidade de vida desta população de forma a reduzir as taxas de evasão. Vamos entrar em contato com o Ministério da Saúde para aderir tal programa. Porém caso não seja possível, podemos pedir auxílio aos alunos de medicina para realizarem tais testes.

A ideia é ser um projeto de extensão dentro da UFABC, e por meio disso espera-se conseguir 2 bolsistas para atuarem na parte logística, sendo responsáveis pela administração, divulgação do projeto, e pela busca de parcerias com prefeituras e instituições públicas dos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, e Rio Grande da Serra, para conseguir um local para as aulas, que podem ser realizadas em escolas públicas em horários de contraturno ou então em centros de formação e assistência ao idoso, desde que sejam de fácil acesso à população. Já as aulas no município de Santo André e São Bernardo do Campo podem ser realizadas nos respectivos campus da Universidade Federal do ABC. Além disso, os bolsistas também irão desempenhar atividades como a criação do formulário de inscrição e a administração dos dados dos participantes, ademais realizarão a campanha de divulgação do programa pelas redes sociais e por meio da divulgação

de cartazes em serviços públicos de saúde, tais como UBS, UPA, e CAISM e em serviços públicos de assistência social como o CRAS, e SAPIS. E também irão acompanhar o desempenho dos participantes durante o projeto, e emitir os certificados, etc.

Já para os alfabetizadores do programa, espera-se conseguir financiamento de alguma instituição de fomento à pesquisa, pois a carga horária de trabalho estipulada para bolsistas do projeto de extensão é de 10 horas semanais, sendo que o programa está estruturado para que as aulas de alfabetização tenham no mínimo 10 horas de aula por semana, portanto com a capacitação dos alfabetizadores, preparação das aulas e coleta de dados para a pesquisa iríamos extrapolar a carga horário de trabalho.

A FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Prevê Bolsas em diversas modalidades, como as de treinamento Técnico, sendo a TT-1 destinada a alunos da graduação com dedicação de 15 horas semanais às atividades de apoio ao projeto de pesquisa, e remuneração de R$ 505,60. Já a bolsa TT-2 é para alunos cursando o último ano da graduação ou que sejam egressos do nível médio técnico, com dedicação de 16 a 40 horas semanais, e a bolsa varia de acordo com as horas trabalhadas, mas a média seria de R$ 1.010,00. Já a bolsa TT-3 é para candidatos graduados do nível superior, e também prevê dedicação semanal de 16 a 40 horas, com remuneração proporcional às horas trabalhadas tendo como referencial R$ 1.412,80. E a bolsa TT-4 é para candidatos graduados; com experiência profissional ou com título de mestre, a carga horária pode ser de 16 a 40 horas semanais, e a remuneração é proporcional às horas trabalhadas e tem como média R$ 3.570,80.

Outra alternativa é buscar financiamento da FUNDEP a Fundação de Apoio da UFMG que é parceira da UFABC. Em relação à modalidade das bolsas são a seguinte: BG - bolsa para estudantes da graduação, com dedicação de 20h semanais, e remuneração de R$ 805,00 mensais. Já a BM - bolsa para estudantes do mestrado prevê dedicação de 40h semanais, e o valor é de R$ 2.415,00 mensais.

Como forma de capacitação para atuarem no projeto se prevê a realização da formação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) disponível online na plataforma Avamec, que conta com 30 horas de aulas e disponibiliza arquivos, como o manual do professor que é um roteiro para as aulas,

e o Manual do Aluno que é uma apostila com os exercícios, ambos materiais foram idealizados pela equipe de Secretaria da Alfabetização do MEC.

Antes de se iniciar as aulas pretende-se realizar testes cognitivos com os alunos para entender quais as habilidades e competências que os alfabetizandos possuem na área da leitura, da escrita e da matemática, e com base nisso os alfabetizadores vão dividir os alunos por grupos, e organizar as atividades que desenvolverão em sala de aula. Além disso, por meio dessa ferramenta é possível detectar transtornos ou necessidades especiais, e também será utilizado como parâmetro de aprendizagem, sendo que no meio, e no final do módulo, iremos reaplicar o teste para ver se houve melhoria.

Por meio das aulas espera-se coletar dados sobre o analfabetismo que podem ser utilizados para demais pesquisas científicas e artigos, além de aprimorar políticas públicas, então vamos realizar atividades para conhecer a história dos alunos e entender quais motivos impediram que eles tivessem acesso à educação formal, como é o seu estilo de vida hoje, em relação à tarefas e disponibilidade de horários, quais coisas gostariam de mudar na sociedade, e como podemos lutar por essas mudanças e reforçar os direitos das pessoas, principalmente das pessoas idosas. Somente ao ouvir essa população vamos entender as suas realidades e descobrir como inserir e incentivar que a terceira idade continue estudando.

Portanto, o intuito principal do projeto é ser um programa piloto, ou seja por meio das aulas, e das pesquisas realizadas, para acompanhar o desenvolvimento dos alunos e a eficiência do projeto, vamos poder compreender as dificuldades e as demandas desse público para aperfeiçoar o projeto e então conseguir criar um modelo, que poderá ser replicado nas universidades de todo o Brasil.

Entendemos que o analfabetismo precisa ser combatido, e para ser erradicado por completo é necessário uma mobilização nacional, e não podemos nos restringir às áreas com maior índice de analfabetismo ou maior quantidade de pessoas analfabetas, mas sim abranger a maior quantidade de pessoas possíveis, pois o direito à educação é um direito básico previsto a todos os cidadãos. Entendemos que os programas, como o Brasil Alfabetizado, por exemplo, tem recursos limitados e por conta disso precisam restringir o público que será atendido, por algum parâmetro.

Porém, a alternativa que encontramos consiste em por meio da pesquisa e validação do modelo de aulas, gerar um relatório e enviar para todas as

universidades públicas do Brasil. As universidades que demonstrarem interesse em participar do programa, contarão com o nosso auxílio, com base no levantamento de dados sobre o analfabetismo na região. Por meio do modelo do projeto piloto, vamos orientar o desenvolvimento do projeto de extensão de combate ao analfabetismo, levando em consideração o contexto que estão inseridos e adaptando o que for necessário.

Como estamos criando um modelo de projeto de alfabetização com abrangência nacional, não podemos ter como referência a experiência apenas no estado de São Paulo, na região do ABC, precisamos realizar um trabalho conjunto com outras universidades de São Paulo buscando atender, principalmente, as áreas rurais de São Paulo. Portanto eventualmente será necessário realizar viagens para outras cidades e estados, como o Piauí, Alagoas, Bahia, o ideal seria realizar as aulas em pelo menos 1 estado de cada região do Brasil, então vamos mapear quais áreas desejamos abranger e entrar em contato com as universidades locais em busca de parcerias, mas a princípio a pesquisa ocorre nesses estados, atingindo apenas a região sudeste e Nordeste. Mas a ideia não é apenas juntar dados coletados em diferentes lugares mas também realizar o intercâmbio de alfabetizadores, então por exemplo, durante 1 semana podemos trocar uma pessoa da equipe do ABC com uma pessoa da equipe do Piauí, pois por meio dessa troca eles vão observar características diferentes nas aulas que serão cruciais para criamos o modelo padrão de aulas do projeto.

Uma das alternativas para abranger um público maior, visto que em parte temos uma limitação Geográfica restrita a região do ABC seria criar uma plataforma online, ou um aplicativo para alfabetização e letramento, que prevê um início imediato, estando em qualquer lugar do país, sem depender da estruturação de um programa naquela região, além disso, não gera gastos para o aluno com locomoção, e possibilita maior flexibilidade de horário, e autonomia para acompanhar as aulas, abrangendo um público distinto que por algum motivo não possa acompanhar as aulas presenciais.

Isso é algo que pretendemos desenvolver futuramente, porém o analfabetismo está relacionado a questões de desigualdade sociais, sendo predominante em áreas rurais, em pessoas com baixa renda e de maior idade, sendo que boa parte desse público não tem acesso à Internet ou aparelhos eletrônicos, por conta disso realmente é necessário que essas ações também sejam realizadas

presencialmente, por mais que demandem maiores investimentos e maior complexidade, se vê necessário.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que investigou o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC) no final de 2021. O Brasil ainda tem 35,5 milhões de pessoas sem acesso à internet. Enquanto 100% dos domicílios da classe A possuem acesso à internet, apenas 61% dos das classes D/E dispõem do serviço. A proporção entre as residências da classe B chega a 98%, e os da classe C, a 89%.

Entre os domicílios de áreas rurais o acesso à internet aumentou de 51%, em 2019, para 71%, em 2021. Já entre as áreas urbanas o aumento foi de 75% para 83% no mesmo período. Já sobre as diferenças regionais em 2021 a média no Sudeste foi de (84%), no Sul (83%) e no Centro-Oeste (83%), enquanto no Norte esse percentual é de 79% e, no Nordeste, 77%.

Já o uso de computador é restrito para as classes sociais mais baixas, enquanto 42% dos entrevistados da área urbana possuem um computador, na área rural este percentual não passa dos 20%. Nas regiões Norte (29%) e Nordeste (27%), sendo que a proporção é bastante inferior à das regiões Sudeste (46%); Sul (46%) e Centro-Oeste (41%).

Pelo gráfico podemos observar que houve um aumento no consumo de Internet e na aquisição de aparelhos celulares nos últimos anos, impulsionados pela pandemia. O consumo de Internet na população com mais de 60 anos aumentou de 44,8% em 2019 para 57,5% em 2021. Enquanto o número de pessoas com mais de 60 anos que possuem um telefone celular para uso pessoal aumentou de 66,6% em 2019 para 71,2% em 2021. Apesar disso, a maioria dos entrevistados relatou que tem dificuldades para usar as ferramentas tecnológicas, portanto seria interessante inserir o letramento digital no currículo do curso de alfabetização para idosos.

Usuários de Internet e portadores de celular para uso pessoal por faixa etária				
Faixa etária	**Usuários de Internet**		**Posse de celular para uso pessoal**	
	2019	2021	2019	2021
10 a 13 anos	77,5%	82,2%	46,7%	51,4%

14 a 19 anos	90,1%	91,8%	78,2%	81,3%
20 a 24 anos	92,6%	94,2%	89,1%	91,3%
25 a 29 anos	92,6%	94,5%	90,8%	92,8%
30 a 49 anos	90,5%	93,4%	90,8%	93,2%
40 a 49 anos	84,7%	90,2%	88,6%	91,6%
50 a 59 anos	74,4%	83,3%	84,6%	87,9%
60 anos ou mais	44,8%	57,5%	66,6%	71,2%

Fonte: IBGE / PNAD Contínua TIC

Acreditamos que o programa terá uma ampla adesão das universidades e dos alunos, pois é benefício para ambos, de um lado temos pessoas que precisam ser alfabetizadas, e do outro temos alunos dos mais diversos cursos entre eles licenciatura e pedagogia que precisam de horas complementares, de experiência em estágio e oportunidades de iniciação à docência para se formar, e por mais que ainda não estejam formados são pessoas que já possuem conhecimentos sobre processos de aprendizagem, didática, inclusão e portanto através da formação do PBA e do nosso material próprio que será criado e disponibilizado, eles estarão aptos para alfabetizar essa população, provendo uma educação de qualidade.

A educação de idosos se vê como um potente recurso para a formação de professores dos cursos de licenciatura da UFABC, e demais universidades, sendo uma experiência de iniciação à docência ancorada pela Gerontagogia e pelos princípios da educação popular e da educação continuada dos idosos. Trazendo uma nova proposta pedagógica baseada nas peculiaridades desse público, desenvolvendo atividades baseadas numa pedagogia dialógica, nas relações intergeracionais, na adequação da linguagem e na valorização dos conhecimentos e experiências dos idosos. Nessa perspectiva se vê necessário algumas adaptações como o tamanho das ilustrações, trabalhar com referências do mundo deles para que se sintam incluídos e compreendam as situações. Elaborando propostas pedagógicas condizentes com o contexto do sujeito idoso.

Ademais, espera-se que a comunidade universitária participe do programa de maneira interdisciplinar, por exemplo, se identificado durante as aulas que os alunos têm alguma condição psíquica ou de saúde, espera-se realizar o acolhimento do

mesmo nos demais programas já existentes na universidade. E espera-se também que por meio dos resultados da pesquisa, e do contato com esse público, que sejam criados demais projetos, como projetos de cultura e lazer para idosos, como clubes de livro ou recitais, ou então um cursinho de preparação para a prova do ENCCEJA, ou um projeto de letramento digital para o público idoso, é por meio do contato com diferentes grupos que descobrimos os problemas sociais e podemos então criar políticas de intervenção, gerando assim impacto científico em diversas áreas do conhecimento.

Enfim, por meio das aulas os idosos melhoram sua coordenação motora fina, diante do treino contínuo da escrita, e são incentivados a leitura, aumentando seu repertório sociocultural, além de desenvolverem senso crítico, potencialidades de articulação, desenvolvimento cognitivo, tolerância e sociabilização por meio da interação com pessoas diferentes resultando no intermédio de conhecimentos e culturas, estimulando a conversação em família, melhorando assim o relacionamento familiar. Temos como objetivo que ao final das aulas os alunos demonstrem autonomia na leitura e escrita, aumento da autoestima, sentimento de identidade e geração de vínculos com os colegas de classe, e por meio da convivência intergeracional aprendam a lidar com a diferença, a serem tolerantes e empáticas.

8. ORÇAMENTO

Espera-se que o orçamento do projeto seja proveniente de algum órgão de fomento à pesquisa, como a FAPESP ou a FUNDEP, aqui vamos utilizar as estimativas baseadas nas bolsas da FUNDEP pois como a pesquisa irá atingir outros estados além de São Paulo, sendo Piauí, Alagoas, Bahia, talvez estar vinculado a FAPESP gere limitações geográficas. Além do apoio da UFABC para o projeto de extensão, em relação à equipe serão:

- 2 Bolsistas de Extensão UFABC - 10 horas semanais, bolsa de R$ 700,00 durante 9 meses de março a dezembro.
- 16 Alfabetizadores - bolsa para estudantes da graduação, trabalho de 20 horas semanais, valor de R$ 805,00 mensais, durante 9 meses. Sendo 4 alfabetizadores por estado.

- 4 Coordenadores de Alfabetização - bolsa para estudantes do mestrado, trabalho de 40 horas semanais, valor de R$ 2.415,00 mensais, durante 12 meses. Sendo 1 coordenador por estado.
- 4 Intérpretes de Libras (se necessário) - bolsa para estudantes da graduação, trabalho de 20 horas semanais, valor de R$ 805,00 mensais, durante 9 meses. Sendo 1 intérprete por estado.
- 4 Assistentes de Desenvolvimento Infantil (se necessário) - bolsa para estudantes da graduação, com dedicação de 20h semanais, e remuneração de R$ 805,00 mensais. Durante 9 meses. Sendo 1 por estado.
- 4 Coordenadores Associados - bolsa de R$ 5.980,00 durante 12 meses. Sendo 1 por estado.
- 1 Coordenadora Geral - bolsa de R$ 7.130,00 durante 15 meses

Somando o valor dos bolsistas da FUNDEP resultam em R$ 683.790,00 . Sendo R$ 115.920,00 Alfabetizadores, e 115.920,00 Coordenadores de Alfabetização, R$ 28.980,00 intérpretes de Libras, R$ 28.980,00 Assistente de Desenvolvimento Infantil, R$ 287.040,00 Coordenadores Associado, e R$ 106.950,00 Coordenadora Geral.

Além disso também vamos precisar de investimento para aquisição de materiais o que deve custar cerca de 8.000,00 para suprimentos de escritório para as aulas.

E gastos com eventuais viagens, o valor da diária é de até R$ 400,00, porém vamos estipular um valor de R$ 100,00 para diárias de bater e volta, quando for necessário ir a municípios rurais por exemplo, porém não sendo necessário se hospedar em um hotel, e o valor para quando for necessário se hospedar em um hotel seja no mesmo estado ou em outro, será de R$ 250,00. Espera-se levar a equipe inicial formada em São Paulo para a realização de um ciclo de aula de 3 meses, com 20 horas semanais, no município de Jacareacanga no Pará, serão 2 alfabetizadores e terá como custo médio R$ 45.000,00. 1 pessoa de cada estado irá trabalhar na área rural, portanto contará com diária de R$ 100,00 durante os dias de aula que serão 3 vezes na semana durante 6 meses, totalizando R$ 28.800,00. Além disso será necessário eventuais viagens ao decorrer do projeto é se destina uma verba de R$ 80.000,00 para cobrir diárias, e passagens.

Totalizando investimento da FUNDEP de R$ 845.590,00

Em relação ao valor investido pela UFABC é de R$ 12.600

BIBLIOGRAFIA:

NÓBREGA, Carmen. A alfabetização de adultos idosos: novos horizontes. 2006. Dissertação (Pós-graduação em Educação) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2006.

KURITA, Larissa.Idosos analfabetos revelam constrangimentos, mas muita vontade de aprender. Agência CEUB, 24 Set. 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.uniceub.br/educacao-e-saude/idosos-analfabetos-revelam-constrangimentos-mas-muita-vontade-de-aprender/. Acesso em: 17 de março de 2023.

BRANT Liliane et INEP. Mapa do Analfabetismo no Brasil. 2001. INEP. Dados analfabetismo. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfbr.def. Acesso em 20 de março de 2023